



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS - 2013

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PHS - PPS - PR - PRTB - PTdoB)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende, Deputados Bosco, Rômulo Viegas e Fred Costa.

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PTB - PSC - PSB - PP - PMN - PTC - PCdoB)

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputado Inácio Franco

BLOCO MINAS SEM CENSURA - MSC - (COLIGAÇÃO PT-PMDB - PRB)

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo, Pompílio Canavez, Rogério Correia, Vanderlei Miranda e Deputada Maria Tereza Lara

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta.
Vice-Líder: Deputado Sargento Rodrigues

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Paulo Guedes

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão.
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Luiz Henrique.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	(vaga cedida pelo BTR)
Deputado Antônio Carlos Arantes	SP	(vaga BAM)
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	(vaga cedida pelo BTR)
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Carlos Pimenta	PDT (vaga cedida pelo BTR)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Fábio Cherem	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	PDT (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Rogério Correia	PT	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Zé Maia	BTR	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Braulio Braz	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Liza Prado	BAM	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	Vice-presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	SP (Vaga BAM)	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT (vaga cedida pelo PDT)	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	



Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Elismar Prado PT (vaga cedida pelo PDT)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Rogério Correia PT
Deputado Paulo Lamac PT (vaga cedida pelo PDT)

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu BAM Presidente
Deputado Ulysses Gomes PT Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite PMDB
Deputado Mário Henrique Caixa BAM
Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Juarez Távora BAM
Deputado Cabo Júlio PMDB
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado André Quintão PT
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: - quartas-feiras – 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Jayro Lessa BTR Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier BTR
Deputado Lafayette de Andrada BTR
Deputado Adalclever Lopes PMDB
Deputado Ulysses Gomes PT
Deputado Romel Anízio BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Humberto Carneiro BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado João Leite BTR
Deputado Ivair Nogueira PMDB
Deputado Paulo Guedes PT
Deputado Tiago Ulisses BAM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BTR Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Rômulo Veneroso BAM
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

MEMBROS SUPLENTE:



Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Inácio Franco	BAM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB (vaga cedida pelo BTR)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes	SP (vaga BAM)	
Deputado Bosco	BTR	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	SP (vaga BAM)	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Durval Ângelo	PT	

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputada Célio Moreira	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Marques Abreu	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputada Liza Prado	BAM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BAM	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM (vaga cedida pelo BTR)	
Deputado Glaycon Franco	BTR (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
---------------------	-----	------------



Deputado Sargento Rodrigues	PDT (vaga cedida pelo PT)	Vice-Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Leonardo Moreira	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT (vaga cedida pelo PT)	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Bosco	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	
Deputado Juninho Araújo	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BAM	
Deputado Braulio Braz	BAM	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	Vice-Presidente
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Elismar Prado	PT	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Inácio Franco	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	Presidente
Deputado Braulio Braz	BAM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT	
-------------------------	-----	--



Deputado Antônio Carlos Arantes	SP(vaga doBAM)
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Elismar Prado	PT

COMISSÃO DE ÉTICA

Reuniões Ordinárias –

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BMC	
Deputado Paulo Lamac	BMC	
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Gilberto Abramo	BMC
Deputado Rogério Correia	BMC
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rômulo Veneroso	BAM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

Obs.: SP – sem partido

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 26ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à entrega ao Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/8/2013

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do deputado Leonardo Moreira - Entrega de título - Palavras do Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho - Palavras do presidente - Apresentação musical - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Gustavo Valadares - Leonardo Moreira.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Gustavo Valadares, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do deputado Leonardo Moreira, pelo governador do Estado, por meio do Decreto nº 272, de 30/4/2013, publicado no *Diário do Executivo* em 1º/5/2013.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil; desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, presidente do Tribunal de Justiça; procurador de justiça Jarbas Soares Júnior, conselheiro nacional do Ministério Público; Ricardo Villas Bôas Cueva, ministro do Superior Tribunal de Justiça; vereador Joel Moreira Gomes Filho, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; subdefensor público-geral Wagner Geraldo Ramalho Lima, representando a defensora pública-geral do Estado, Sra. Andréa Abritta Garzon; e Luis Claudio da Silva Chaves, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais - OAB-MG; a Exma. Sra. Cristiana Nepomuceno, presidente da Comissão de Direito da Energia da OAB-MG; e o Exmo. Sr. deputado Leonardo Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. desembargador Luís Carlos Gambogi, ex-deputado estadual; Gilvan de Pinho Tavares, presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Felipe Sarmento, conselheiro federal da OAB - Seção de Alagoas; Raimundo Cândido Júnior, ex-presidente da OAB-MG, na pessoa de quem estendemos as saudações a todos os conselheiros presentes, e Dalto Rodrigues, presidente da OAB - Subseção de Araguari; da Exma. Sra. Helena Delamonica, vice-presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada e secretária-geral da OAB-MG, na pessoa de quem estendemos as saudações a todas as mulheres advogadas presentes; do Exmo. Sr. Luiz Carlos Bernardes, na pessoa de quem saudamos os demais jornalistas presentes; e da Exma. Sra. Adriana Queiroz, procuradora-geral da Fazenda Nacional.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo sexteto de sopro da Banda de Música da Polícia Militar de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Leonardo Moreira

Boa noite a todos os senhores e às senhoras aqui presentes. Exmos. Srs. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro; Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil; Ricardo Villas Bôas Cueva, ministro do Superior Tribunal de Justiça; Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Procurador Jarbas Soares Júnior, conselheiro nacional do Ministério Público; Vereador Joel Moreira Gomes Filho, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público-geral, representando a defensora pública-geral do Estado, Sra. Andréa Abritta Garzon; Luis Claudio da Silva Chaves, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais; Dr. Sérgio Murilo Diniz Braga, na pessoa de quem cumprimento os advogados e advogadas que se fazem presentes; Dr. Sérgio Santos Rodrigues, na pessoa de quem cumprimento todos os que nos visitam nesta solenidade, mais uma vez, boa noite aos senhores e senhoras. Começo minhas palavras dizendo, Sr. Presidente, que, em meu terceiro mandato consecutivo na ALMG, com certeza, este é o momento mais marcante, mais significativo, mais reluzente, mais importante da vida pública deste parlamentar, ao participar da entrega do título de Cidadão Honorário ao Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente nacional da OAB, título que foi requerido por este parlamentar ao Exmo. Sr. governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia, que, de pronto, o concedeu, tendo a acolhida de todo o Parlamento mineiro, em especial de nosso presidente Deputado Dinis Pinheiro. Neste ato, realizo-me, como parlamentar e cidadão mineiro, ao conseguir trazer para nós, mineiros e mineiras, em nossos corações, para nossas vidas, o convívio e acima de tudo a competência, a seriedade e honradez do agora mineiro Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

Cidadão é um indivíduo que convive em sociedade, respeitando o próximo, cumprindo suas obrigações e gozando seus direitos. Cidadão tem um conjunto de direitos e deveres a que está sujeito em relação à sociedade em que vive. Cidadão e cidadania dizem respeito à noção de direitos, especialmente aos direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participar de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar ou ao concorrer a um cargo público.

O título de cidadão honorário equipara a pessoa homenageada a alguém adotado oficialmente. A pessoa agraciada passa a ser um irmão, um conterrâneo, uma pessoa da terra natal, mesmo que não tenha nascido ou não resida no município ou no Estado. E neste caso, Dr. Marcus Vinicius, faço a ressalva também de que esse título lhe confere a amizade, o carinho, o apreço e a consideração que o povo do Estado de Minas Gerais tem por você, agora um mineiro de coração como presidente nacional da OAB.

Minas e seus políticos sempre tiveram e terão papel de relevância incisiva nos quatro cantos do nosso país, não deixando restrito a nosso Estado o bem-estar social, devendo ser dividido com todos os nossos irmãos brasileiros de forma equânime, como sempre quiseram e fizeram os nossos mártires.



Mais uma vez queremos dividir essa nossa conquista num momento mais que apropriado, uma vez que nos encontramos na Semana do Advogado.

É com extrema emoção perante esta Casa, expressão política do clamor do povo mineiro, que entregamos, neste momento único e singular, o honroso título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao ilustre presidente da OAB nacional, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, concedido pelo nosso Exmo. Sr. Governador do Estado Antonio Augusto Junho Anastasia.

Não se pode falar desse cidadão mineiro de coração, filho querido, sem antes discorrer, em poucas palavras, sobre a importância da OAB nos quadros sociais e políticos do nosso querido Brasil. A OAB, essencial na administração da justiça, é vista como porta-voz de toda a sociedade civil, possuindo finalidade institucional que se reveste de verdadeiro mandato inviolável, consubstanciado na proteção do interesse público primário, da supremacia da Constituição, do primado dos direitos humanos e na luta dos ideais democráticos no sentido de tratar a todos, indistintamente, como livres e iguais. A autonomia é um dos princípios basilares da OAB nacional e das seccionais, mas há necessidade de parceria, interação entre elas, bandeira essa defendida pelo atual presidente da OAB.

Foi com esses ideais que o grande homenageado do dia conquistou, com grande galhardia, a presidência de uma das mais importantes instituições defensoras do Estado Democrático de Direito, a OAB Seção Nacional: Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, advogado, militante, formado pela Universidade Federal do Piauí, turma de 1993, com pós-graduação pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em direito processual pela Universidade de Salamanca, na Espanha. Filho do escrivão judiciário, saudoso Sérgio Coelho, e da professora primária Maria Doracy, Dr. Marcus Vinicius nasceu na cidade de Paraibano, no sertão maranhense, região que abrange a Chapada do Alto Itapecuru, distante cerca de 500km de São Luís. Aos 11 anos de idade, mudou-se com a mãe para Teresina, onde estudou no Instituto Dom Barreto, considerado pelo Enem, durante três edições, a melhor escola do País. Após formar-se em direito, deu início a uma carreira de sucesso, defendendo muitas causas políticas de grande repercussão regional e nacional. Foi aprovado em 1º lugar no concurso público para professor da Universidade Federal do Piauí. Anualmente, a Universidade de Salamanca concede, como reconhecimento aos alunos destacados em cada curso, o prêmio de Grado de Salamanca. O título é dado a todos os licenciados e diplomados que tenham tido excelência no rendimento acadêmico, o que ocorreu com o Dr. Marcus Vinicius. Eleito para o seu quarto mandato consecutivo no Conselho Federal, onde foi secretário-geral na última gestão, desempenhou funções de presidente da Comissão Nacional de Legislação e de presidente da Coordenação do Exame de Ordem Unificado. É membro da Comissão de Juristas para elaboração do novo Código de Processo Civil e da Comissão do Senado responsável pelo novo texto do Código Eleitoral. É ainda autor dos livros *Direito eleitoral e processo eleitoral*, *Processo civil reformado* e *A inviabilidade do direito de defesa*. É membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, já tendo composto a Comissão de Direito Constitucional da entidade.

Esse ser humano carrega consigo o peso sagrado da justiça embalada na sigla da OAB, grande pilar para o sucesso da democracia no nosso país. Fornecendo ao cidadão a certeza de que está escudada e amparada pelas facetas da Justiça, a OAB é presidida hoje por essa pessoa de moral ilibada, de caráter, seriedade e competência ímpares, insubstituíveis e indissociáveis, que procura, através da lei, a justiça igual para todos, indistintamente, fazendo navegar pelos rios da verdade o direito de todos, nas cores da ética e da moral.

Mais que um desejo, é uma obrigação homenagearmos com o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais esse cidadão que, a cada dia, passa a ser um gigante na busca da liberdade e da justiça.

Sabemos que de Minas sempre brotaram grandes riquezas, mas as maiores delas foram as decisões políticas que daqui saíram e consolidaram a nossa liberdade e democracia, pela ação de mártires, como Tiradentes, e de políticos, como Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, nosso querido presidente, que devolveu ao Brasil a democracia após anos de escuridão que se abateram sobre a nossa política, renovando a esperança do povo brasileiro, pondo fim a uma era de estado de exceção e mostrando que é de Minas o berço esplêndido dos mártires e libertários dos povos cativos. Esses senhores doaram ao Brasil a alma da democracia, que as ruas mostram hoje de forma sucinta e calorosa.

Sabemos todos que a história de Minas Gerais e do Brasil foi escrita com a tinta vermelha que fazia pulsar o coração patriota dos nossos políticos que não mediram esforços nem se omitiram para doar aos brasileiros a vida escrita e cantada no Hino Nacional. Quero aqui exaltar, com orgulho, o nome do senador Aécio Neves, um dos melhores gestores públicos que Minas já produziu e o Brasil consolidou, herdeiro político de um grande brasileiro que ajudou o nosso país a reconquistar o seu lugar de destaque na democracia, os valores sociais, morais e humanos. Com grande satisfação, pude vivenciar a gestão memorável de Aécio Neves como governador, uma vez que conquistei o meu primeiro mandato nesta Casa no mesmo ano que Aécio Neves assumia a liderança máxima do Estado de Minas Gerais. Como governador, implantou o programa denominado choque de gestão, política que tinha como objetivo reorganizar e modernizar o Estado, além de regularizar as finanças estaduais de Minas Gerais, reduzindo os gastos do governo estadual, aumentando os investimentos na área social e em infraestrutura. Mais do que a defesa da criação de um novo pacto federativo, Aécio Neves, conhecedor da agonia crescente dos municípios brasileiros em relação à falta de recursos para executar políticas públicas nas áreas essenciais, defende veementemente mais recursos para o Fundo de Participação dos Municípios, e cobra do governo federal maior solidariedade na participação dos investimentos em saúde e segurança pública, hoje a cargo de estados e municípios. Não só realiza, como realizou grandes mudanças e apresentou para nós, mineiros e mineiras, uma extraordinária liderança, um grande parceiro do povo de Minas, de valor inestimável e insubstituível, cuja marca é a competência e austeridade com que conduz sua vida pública: o nosso querido governador Antonio Augusto Junho Anastasia. O sucesso, tanto no setor administrativo quanto na política estadual, mostra o elegante desempenho do governo, derivado de uma experiência de 26 anos na administração pública e 20 anos na vida política de Minas.

A Assembleia Legislativa tem funções especiais que se relacionam com o interesse público, sendo a função mais típica do Parlamento produzir legislação. No Brasil, esse quadro se tem modificado, e o Parlamento se volta cada vez mais à resolução de demandas sociais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, atenta a este clamor, vem se destacando no Legislativo do País como a mais atuante, comandada pelo presidente Dinis Pinheiro, que exerce atualmente o seu quinto mandato de deputado estadual; tem votações cada vez mais expressivas; consolida a sua força, a sua luta sempre voltada para os anseios da população mais carente, graças ao apoio daqueles que acreditam e confiam na sua representação.



A transparência, a seriedade na condução dos trabalhos, o diálogo com a sociedade e o exercício efetivo da democracia salientam os trabalhos do deputado Dinis Pinheiro na presidência. Além de inúmeros trabalhos legislativos, de diversos projetos de lei, ele lidera também atividades sempre voltadas a questões fundamentais, tais como: atividades em prol da saúde, como a campanha Assine + Saúde, de combate ao *crack* e sobre mobilidade urbana.

O deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, capitaneou as assembleias legislativas de todo o Brasil para o debate sobre a dívida pública dos estados, ressaltando a injustiça praticada pela União em relação aos estados e aos municípios e a necessidade de ela ser revisada, ratificando o seu indexador.

É sob a presidência do deputado Dinis Pinheiro que esta Casa Legislativa vive um grande momento histórico, com a abolição de toda forma de voto secreto, demonstrando, mais uma vez, estar em sintonia com o clamor daqueles que representamos.

A extinção do voto secreto, portanto, é a consequência de uma política de ação organizada, segura e com foco no cidadão mineiro.

Finalmente, é importante salientar que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais está em processo de evolução permanente, tornando-se cada vez mais ética, solidária, participativa e cidadã e consolidando-se permanentemente como o poder e, acima de tudo, a voz da cidadã e do cidadão mineiro.

Ao finalizar as minhas palavras, agradeço a Deus a oportunidade que tenho, em meus três mandatos como deputado estadual, de ver crescer e surgir na Assembleia Legislativa de Minas Gerais mais um líder do povo mineiro, que, em um futuro próximo, tenho certeza, com o respaldo unânime não só da classe política, que prima pela responsabilidade e bom trato com a causa pública, mas também do povo mineiro consciente, será conclamado para um projeto político maior em nosso estado, quem sabe no comando de nosso Poder Executivo.

Presidente, deputado Dinis Pinheiro, o futuro a Deus pertence, mas, como parlamentar e principalmente como cidadão mineiro, exponho essas palavras, pois esse é o meu sentimento. Com absoluta convicção, esse é o clamor que vejo despertar com alegria em milhares de mineiros e em centenas de cidades.

Agradeço a atenção e a presença de todos e parabênzo o Estado de Minas Gerais por essa conquista de ter entre nós o agora ilustríssimo mineiro Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho. Parabéns, Minas Gerais. Parabéns, OAB nacional e, em especial, mineira. Fiquem todos com Deus. Muito obrigado. Um abraço e boa noite a todos.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue traz os seguintes dizeres: (- Lê:) "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Leonardo Moreira, concede, nos termos do decreto de 30 de abril de 2013, o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado".

O presidente - Deputado Leonardo Moreira, me acompanhe por gentileza.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro, sua presença para presidir esta sessão solene demonstra toda a sua generosidade e atenção com a advocacia brasileira.

Desde logo dedico esse título aos 800 mil advogados do Brasil, que tenho a honra de representar e de dirigir na presidência do Conselho Federal da OAB. Bem sei que esse título é concedido não à pessoa física, mas à pessoa jurídica da entidade que presido. Todos os méritos são da história da Ordem dos Advogados do Brasil. Mas a homenagem que se faz, no mês do advogado, na Semana do Advogado, de um título de cidadania, há de ser personificada por força regulamentar. Certamente, por esse motivo, recaiu nesta modesta pessoa que não possui mérito suficiente para se tornar um mineiro. Prometo que vou me esforçar muito para chegar lá. Vou tentar chegar lá. Fui o escolhido para simbolizar a homenagem do povo mineiro feita por S. Exa., o governador do Estado, a quem já agradeço, através da Assembleia Legislativa, por homenagear os advogados do Brasil, como profissionais da liberdade.

O deputado que vimos, Leonardo Moreira, de forma tão grandiosa e generosa, com o coração gigante, fez com que as palavras dirigidas a este modesto sertanejo do Nordeste fossem exaltadas a mais não poder. Isso foi fruto unicamente da generosidade do deputado, que merece de minha parte toda gratidão pela alegria, pelo conforto na alma e no coração, que me provocou a ouvir as suas palavras, com certeza exageradas. Seria não verdadeiro dizer que as considerei profundamente generosas, agradáveis e estimulantes, principalmente para que eu possa tentar alcançar e ser digno de tão generosa oração.

Quero saudar o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, que desempenha com muita adequação e decência a presidência da corte e Justiça Estadual e prestigia a advocacia brasileira com a sua presença na noite de hoje, demonstrando todo o seu carinho com essa importante categoria, essa importante classe. Saúdo o Exmo. ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Bôas Cueva, e agradeço penhoradamente sua atenção e presença na noite de hoje em Belo Horizonte, Minas Gerais. Estendo os cumprimentos e agradecimentos à família presente: à nossa amiga, sua esposa, Adriana Queiroz, procuradora-geral da Fazenda Nacional; à Beatriz, nossa querida amiga e filha do casal; e ao Márcio, nosso querido amigo. Quero saudar o procurador de Justiça, Jarbas Soares Júnior e sua esposa aqui presentes, presidente da Comissão de Direitos e Energia. Ela é uma mulher de energia, de força, de vigor. Eles são um casal querido em Minas Gerais e em Brasília. Jarbas já conseguiu entrar no coração de todos nós e se apossar dele. Ele, com seu jeito tão afetuoso, conquista todos nós.

Agradeço a presença do Sr. Joel Moreira Gomes Filho, sempre presente nas atividades da OAB, advogado, representante da cidadania de Belo Horizonte na Câmara Municipal. Agradeço a sua presença não somente neste ato, mas em todas as atividades da nossa entidade. Saúdo a Defensoria Pública, esse importante braço da advocacia, dirigida à cidadania mais necessitada, daqueles que mais precisam do combate à injustiça. Ela cumpre um papel exemplar. Quero saudar o Wagner Lima, subdefensor público, como



também Andréa Abritta Garzon, que representa a defensora pública-geral. Agradeço também ao meu amigo e irmão, Luis Claudio da Silva Chaves, que é o verdadeiro responsável por tudo isso. É o elo que nos une. Foi ele quem me apresentou Minas Gerais, quem me trouxe a este Estado, quem me iniciou aqui, quem disse, avalizou e penhorou sua palavra a todos que aqui se encontram. E, ao penhorá-la para um, acabou repercutindo em outro, que repercutiu no seguinte e chegou até os deputados Leonardo Moreira e Dinis Pinheiro e ao governador. Sendo assim, ele é o principal responsável por tudo isso, é meu amigo e irmão. Aproveito esta oportunidade que Deus me dá para, de forma pública e transmitida pela tevê do povo do Estado de Minas Gerais, a TV Assembleia, agradecer penhoradamente todo o esforço e empenho do Luis Claudio para a nossa chegada à presidência do Conselho Federal da OAB, desde o início da caminhada. Se hoje sou presidente da ordem, devo isso à força da advocacia mineira, em especial à força e à crença do advogado Luis Claudio. Ele descumpriu uma das características básicas do mineiro. Dizem que mineiro só arrisca quando tem certeza, mas ele arriscou bem antes, quando a dúvida pairava em todos. E de forma enfática, e espero que acertada - somente o mandato nos dirá -, ele empenhou a sua palavra. Portanto, é preciso amar o elo que nos une. E o Luis Claudio é o elo que une todos nós, que me trouxe a Minas. A cada dia, quero fazer valer a sua aposta, para que a sua palavra, o seu empenho, o seu aval não sejam descumpridos nem mercedores de uma execução por devedor solidário. Se Deus permitir, você não receberá essa execução por parte do destino. Espero poder honrar a sua confiança e a da advocacia mineira.

Permitam-me saudar muitos amigos que aqui se encontram. Sei que corro o risco de cometer injustiça, porque gostaria de nominar cada um de vocês. Mas não posso deixar de perceber que estamos diante de três Sérgio, que coincidentemente se sentaram um ao lado do outro: o Sérgio Rodrigues, pessoa que me apresentou o deputado Leonardo; o Sérgio Leonardo; e o Sérgio que dirige a caixa de assistência. Sérgio é o nome do meu falecido pai, que perdi aos 12 anos de idade. Por obra do destino, eles estão sentados juntos. Talvez o Sérgio lá em cima esteja inspirando todos nós, como tem inspirado a nossa caminhada. Vejo aqui toda a diretoria do conselho seccional, como o meu querido amigo e irmão Elizeu, que foi o primeiro a me fazer tornar mineiro ao conceder-me o título de cidadão de sua queridíssima cidade natal; a Helena Delamônica; o Sérgio; o Fabrício, meu amigo e irmão de mais de 20 anos, de desde o início da advocacia. Obrigado, Fabrício. Você também é responsável por tudo isso. Como não saudar meus queridos irmãos do Conselho Federal, o professor Raimundo Cândido, a quem jurei, em homenagem à sua pessoa e ao Cruzeiro, usar apenas gravata azul aqui em Minas Gerais?

Não sabia da presença do Raimundinho nesta solenidade, mas a gravata é azul.

O Walter Cândido, que tantos serviços prestados têm à Caixa de Assistência deste Estado e que agora dedica o seu trabalho ao Fida nacional; como também o Mário Lúcio Quintão, grande constitucionalista que está presente, junto com o Rodrigo Pacheco, nessa plêiade de grandes conselheiros federais. E o Felipe Sarmiento, companheiro de Alagoas, que coordena o investimento na assistência dos advogados em todo o Brasil. Nossa querida amiga Mariana, aqui presente.

Quero, portanto, que todos se sintam saudados porque a saudação de todos que aqui se encontram farei nas pessoas mais importantes - me desculpem todos - para mim, na minha vida: minha mulher, Liana; minha filha, Mariana; e meu filho, Marcus Lúcio. Os dois estão dormindo. Mas eles são razão de existência, meta de vida. Eles são, portanto, o meu tudo. A presença deles representa toda a gratidão, a consideração e o respeito que nutro por esta solenidade.

E vejo que muitos amigos vieram. E os demais amigos quero saudar na pessoa do Rodrigo Freire, que aqui se encontra, também um apoiador de primeira hora dessa caminhada.

Quero dizer que a minha família se faz presente, deputado-presidente, justamente porque, como é algo mais importante e essencial da nossa vida e hoje é um dia em que passo a ter uma nova cidadania, queria demonstrar ao povo mineiro o quanto esse ingresso na mineiridade está sendo feito de corpo e alma. Passo a ser mineiro de coração, de alma, de corpo e de família. Toda a minha família, portanto, passa a ter esse compromisso. Um compromisso que vem com três níveis de sentimentos. O primeiro é o da gratidão, gratidão pela generosidade desse povo tão altaneiro, tão vanguardista para o nosso país. O segundo é o de orgulho, de satisfação pessoal por entender a amizade que construí, o relacionamento que consegui desenvolver aqui, em diversas estadas em Minas Gerais, e principalmente pela forma bondosa com que o mineiro age. Tudo isso fez com que eu me tornasse um cidadão desta terra. Mas, principalmente, o terceiro sentimento, a responsabilidade de não trair os valores altaneiros da mineiridade. A responsabilidade de, cada vez mais, trabalhar por esta terra. Temos, por certo, já desempenhado algumas lutas nacionais inspiradas em Minas. Estou me referindo ao ato público que já realizamos, junto com o Luis Claudio, reunindo centenas de entidades da sociedade civil, inspirado em Minas Gerais, pela revisão das dívidas dos Estados com o governo federal, uma importante causa da República.

Falo também de uma outra luta inspirada em Minas, que é o Saúde + 10, que tem nesta Assembleia Legislativa um dos principais protagonistas. Foram cerca de 2 milhões de assinaturas, e não são simples assinaturas, mas, na realidade, vidas, seres humanos que necessitam de mais saúde. E, para que vocês percebam, cerca de 700 mil assinaturas vieram de Minas Gerais, muito pelo trabalho da Assembleia Legislativa. E, na última segunda-feira, apresentamos, OAB e CNBB, essa quantidade de assinaturas, num projeto de lei de iniciativa popular, para obrigar o governo federal a investir 10% do orçamento geral da União na saúde.

Portanto percebam que já estamos buscando defender as causas de Minas, desfraldando as bandeiras mineiras, mas, cada vez mais, querendo assumir essa responsabilidade.

O mineiro tem muitas características. É um estado de espírito como todos sabemos. Muito já se falou sobre a mineiridade. Juscelino Kubitschek, para a honra também desta solenidade e deste cidadão, homenageia com seu nome este Plenário. Um presidente da República que construiu com certeza um Brasil que podemos dizer que foi um antes e outro depois de Juscelino. Um estadista que trouxe o Brasil para o reconhecimento de seu interior. Um Brasil que era litorâneo passou a conhecer um Brasil interiorano a partir de Juscelino Kubitschek. Sem dúvida nenhuma, essa revolução desse grande presidente mineiro bem marca o que é ser filho de Minas Gerais. Repito há muito tempo que Minas é a síntese do que há de melhor no Brasil pela posição geográfica central, pelas divisas com várias regiões, pela história deste Estado, história de luta por um país liberto das amarras do Brasil-Colônia, do Império e das ditaduras. Um país que se chama Minas Gerais ou Minas Gerais que constrói um país chamado Brasil.



Logo após a ditadura militar, tivemos a redemocratização como uma matéria oriunda do empenho de um grande líder que todos conhecemos: Tancredo Neves. Sabemos a devoção e a causa da República e da liberdade com a qual ele se comprometeu.

Então Minas, na geografia, na história e na política, consegue sintetizar o sentimento nacional. A Revolução de 1930 foi algo importante para o Brasil. Em Minas Gerais, no Nordeste e no Rio Grande do Sul, construímos essa vitória. Quantos, portanto, marcos da nossa história foram construídos a partir de Minas Gerais?

Ousei escrever um pequeno texto sobre as características da mineiridade: “O mineiro, sendo discreto, indigna-se contra as arbitrariedades; sendo sábio, eleva-se na defesa das liberdades; sendo prudente, firma-se na luta pelos valores republicanos; sendo leal, compromete-se com as causas justas”. Portanto essa é a mineiridade que me comprometo a seguir, aplicando-a em toda a minha existência.

Luis Claudio, posso dizer que, em tempo de Libertadores e do seu Atlético, devo afirmar que vencer é mesmo o ideal não só dos atleticanos, mas também dos mineiros. Todos nós, e não só o Atlético, devemos buscar honrar o nome de Minas, como diz o bom hino do nosso campeão Atlético Mineiro.

Neste ano em que temos os 25 anos da Constituição Federal sendo comemorados pelo Conselho Federal da OAB, trago, deputado Leonardo Moreira, uma frase do Tancredo: “Nação sem Constituição, oriunda do coração de seu povo, é nação mutilada na sua dignidade cívica, violentada na sua cultura e humilhada em face de sua consciência democrática”.

Portanto a Ordem dos Advogados do Brasil não tergiversou, quando verificou que uma assembleia nacional constituinte estava prestes a ser convocada em nosso país, há poucas semanas; de forma livre, independente e firme, esbravejamos e dissemos que não podemos convocar uma assembleia nacional constituinte como se convoca um congresso de economistas para discutir a inflação. Uma assembleia nacional constituinte é possível apenas com uma ruptura institucional, portanto temos que nos unir para preservar o marco constitucional brasileiro. Temos 25 anos de estabilidade constitucional e não podemos pôr em risco essa conquista, a Carta Cidadã, que é um projeto de nação, um projeto de nação equilibrado; uma Constituição que assegura a liberdade de expressão, mas determina que se garanta o direito à honra e à imagem das pessoas; uma Constituição que assegura o princípio da moralidade administrativa, mas também garante o princípio da presunção da inocência e do devido processo legal; uma Constituição que assegura a livre concorrência e a liberdade de propriedade, mas determina que se assegure o cumprimento do valor social do trabalho e também dos direitos do consumidor; uma Constituição que diz que a vontade da maioria há de ser preservada, mas garante que as minorias sejam respeitadas em seus direitos.

Por falar em minoria, não por acaso, no dia de hoje, estamos comemorando também o Dia Nacional do Índio, para simbolizar uma das causas da OAB, que é a proteção das minorias. Como se diz, se cinco católicos e dois judeus estão em uma determinada sala, os cinco católicos podem decidir tudo menos jogar os dois judeus pela janela. Isso é democracia: prevalência da vontade da maioria com respeito ao direito de existência e de divergência das minorias. Essa é a democracia que queremos construir em nosso país.

A OAB tem buscado, Luis Claudio, honrar sua tradição nessa gestão, unindo advocacia e cidadania, tentando comprovar que as duas causas não são excludentes, mas complementares, com a ideia de que lutar pela valorização do advogado significa construir um Estado de Direito mais forte - logo, melhorar a sociedade brasileira. De outro lado, lutar pela cidadania significa melhorar a sociedade brasileira, fortalecendo o Estado de Direito e valorizando a advocacia. São causas que se complementam. Lutar pela valorização do advogado significa dizer que o cidadão não é menos importante que o Estado. O cidadão tem em torno de si apenas o advogado defendendo seu patrimônio, seus bens; tem apenas o advogado lutando pelo devido processo legal, pelo respeito aos direitos, pela contenção das arbitrariedades e injustiças. Esse cidadão não é menos importante que o Estado. Por isso, o art. 6º da Lei nº 8.906, a lei federal que é o Estatuto da Advocacia, diz claramente que não há hierarquia entre advogado, membro do Ministério Público e membro do Judiciário. Não há hierarquia entre o cidadão e o Estado. O Estado possui a única função de buscar a dignidade do cidadão, a implementação e a efetivação para que cada pessoa possa progredir e ser feliz; ter segurança e ter dignidade. Se o Estado não é mais importante que o cidadão, o profissional do Estado não pode ser hierarquicamente superior ao profissional cidadão.

Por isso, a advocacia está posta na Constituição Federal do Brasil. Por isso a OAB, a entidade da advocacia, é mencionada por sete vezes na Constituição Federal. Na redemocratização, a cidadania brasileira encontrou no advogado o verdadeiro garantidor do Estado Democrático de Direito. Quando a ditadura ocorreu, que profissional socorreu verdadeiramente os presos políticos, que esbravejou contra as tiranias e torturas? Que entidade esteve a favor da democracia brasileira?

Qual entidade, portanto, não tolerou conviver com os poderosos usurpadores do poder em nosso país? Precisamos lembrar esse passado de ditadura militar para entender que a nossa juventude, que possui menos de 25 anos e já nasceu no regime democrático, perceba o alto risco do discurso autoritário, que generaliza a atividade política como negativa, que criminaliza, de forma genérica, a atividade política; porque não há democracia sem política, não há política sem políticos, e o discurso que quer extinguir os políticos é o mesmo que quer implantar as ditaduras. Portanto temos de alertar a todos no tocante a esse discurso. Mas isso não impede, como diria Tiradentes, de fazermos do Brasil uma grande nação. Isso não impede que possamos, como Ordem dos Advogados do Brasil, apresentar uma proposta de reforma política para melhorar a cultura política brasileira, para dar instrumental a fim de que a disputa política ocorra em bases iguais, com as mesmas oportunidades para todos. Uma proposta dizendo que é preciso baratear o preço de campanha, porque isso seria benéfico para a sociedade, para os políticos e para as empresas.

Houve um choque contra a inflação, que foi o Plano Real. É preciso haver um choque na atividade política brasileira para construir um outro patamar, em que o custo de campanha seja menor, limitado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com graves punições ao caixa dois, com observância e punição à compra de votos, com prestação de contas *on-line*, para que haja eleições mais limpas em nosso país.

Dizer que não concordamos com a criminalização da atividade política não significa a omissão de apresentar ideias para melhorá-la em nosso país. E é o que estamos fazendo, com uma proposta de reforma política que todos podem acessar, no nosso *site* do Conselho Federal da OAB, contribuir e assinar eletronicamente o nosso projeto de lei, de iniciativa popular, pela reforma política em nosso país.



Este é um momento de felicidade, de saudação e de agradecimento. Agradeço penhoradamente ao governador, que assinou o decreto; ao deputado Leonardo, que o requereu; ao presidente da Assembleia, que, de forma muito generosa e dedicada, numa sexta-feira, à noite, encontra-se presente nesta solenidade. Agradeço a todos os mineiros, concluindo com uma renovação de propósito, de não dar as costas a Minas, de sempre olhá-la de cabeça erguida, com a sensação do dever cumprido, de atendimento dos valorosos pleitos dessa seccional, do encaminhamento das causas deste Estado, que são sempre republicanas.

Concluo com o hino de Minas, dizendo: Minas Gerais, orgulho da Nação, quem te conhece te ama, te protege e não te esquece jamais. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Sr. Presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, querido amigo e conterrâneo, que fez uma belíssima oração; quero saudar a sua esposa Liana Veloso e seus filhos abençoados, tão lindos, Mariana Coelho e Marcus Lúcio Coelho. É bom testemunhar a existência dessa família unida, linda, prestigiando a nossa querida pátria.

Quero saudar o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, fraterno amigo, desembargador e cruzeirense, Joaquim Herculano Rodrigues. Quero saudar o Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Ricardo Villas Bôas. Seja muito bem-vindo. Exmo. Sr. Vereador Joel Moreira, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, é uma alegria revê-lo. Exmo. Sr. Conselheiro Nacional do Ministério Público, velho amigo, procurador de Justiça Jarbas Soares, que brilha em Brasília, quero saudar a senhora sua esposa, presidente da Comissão de Energia da OAB, Dra. Cristiana Nepomuceno. Quero saudar aqui o Exmo. Sr. Subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho, representando a nossa amiga defensora pública Andréa Garzon. A Defensoria é sempre patriota, presente, abnegada. Quero saudar aqui o presidente da OAB Seção Minas Gerais, esse valente mineiro, que tem feito um trabalho imensurável, Dr. Luis Claudio. É muito bom vê-lo conduzindo as mais belas causas por uma Minas melhor, por um Brasil mais próspero. Quero saudar o Exmo. senhor, fraterno amigo, companheiro, irmão, extraordinário parlamentar Leonardo Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem tão encantadora. O Leonardo foi primoroso na sua fala, mas falei com o nosso presidente Marcus Vinicius que ele foi, sim, 98% esmerado, primoroso, pois, quando falou sobre a minha singela vida pública, vocês observaram que foi exagerado, excessivo. Mas isso certamente se deve a esse coração gentil, a esse coração cordato e muito solidário. Nosso carinho, nosso apreço. Transmita à sua família a nossa mais distinta consideração. Quero saudar também o ex-presidente da OAB nacional e grande ser humano, esse notável jurista Raimundo Cândido Júnior, conselheiro da OAB, cruzeirense exemplar. Quero saudar ainda o deputado Adelmo Carneiro, essa luz permanente que nos guia, que nos aconselha, homem público extraordinário. Deputado Adelmo, um abraço e o nosso reconhecimento. Quero saudar a senhora sua esposa. Quero cumprimentar o presidente do Cruzeiro, Gilvan, que me traz algumas tristezas, mas, por outro lado, leva muita alegria aos meus filhos e à minha esposa. Todos lá são cruzeirenses, e eu sou atleticano. Aí o senhor observa a dificuldade domiciliar. É uma alegria revê-lo. Quero saudar aqui um velho amigo e grande companheiro Luiz Carlos Bernardes, carinhosamente conhecido como Peninha. É uma alegria muito grande revê-lo. Quero saudar o Dr. Mateus, nosso amigo. E quero saudar uma jovem liderança, um grande advogado, um jovem talentoso, promissor, estudioso e muito qualificado e que tem brilhado na carreira jurídica, nosso amigo Sérgio Rodrigues. Um grande abraço e o nosso reconhecimento. Em sua pessoa quero abraçar os juizes e advogados. O Sérgio representa essa nova geração de grande saber, extremamente hábil. Tenho certeza de que construirá uma carreira cada dia mais luminosa. Que Deus o abençoe, que você continue brilhando e sendo esse guerreiro permanente na busca de justiça para quem precisa, para o mineiro, para a mineira, para todo o povo brasileiro.

Presidente Joaquim Herculano, presidente Marcus Vinicius, tenho aqui um discurso muito bonito, muito bem redigido, mas o Deputado Leonardo Moreira foi tão sábio, tão profundo em suas manifestações que, neste instante, prefiro me despir dessa formalidade e fazer uma saudação certamente humilde, muito aquém da sua figura, da sua pessoa.

Já conhecemos o mineiro: o mineiro é sábio, astuto, acanhado, generoso, cordato, polido, patriota; o mineiro é desprendido, é solidário. O mineiro é isso que acabamos de vivenciar. O mineiro se chama Marcus Vinicius, com sua história maravilhosa, forjada no trabalho e na dedicação, alicerçada no caráter e consolidada nos bons valores e nos princípios, certamente oriundos do seu saudoso pai. Contando sempre com as lições magistrais da sua querida mãe, você certamente foi revigorado por sua esposa, pelo ambiente familiar e sua vivência no mundo jurídico. Digo-lhe, amigo Marcus Vinicius - permita-me chamá-lo assim -, que, se hoje seu coração pulsa e vibra de forma palpitante, não é diferente para Minas, para o mineiro e para este deputado, empregado de Minas. Digo-lhe que a alma de Minas está hoje mais feliz e revigorada por conhecer de forma mais próxima essa sua trajetória realmente espetacular.

É bom aplaudir e reverenciar aquelas pessoas simples, que sempre percorreram o estado da simplicidade e da humildade, com caráter, decência e sabedoria. Você personifica como poucos essa história brilhante. Começou de forma modesta e é hoje um estudioso, detentor de um saber sábio, que abraçou a democracia como o instrumento mais belo para se realizar, ajudar as pessoas e buscar uma pátria mais feliz, mais solidária, mais humana. Portanto, com a voz do coração e em nome da Casa do Povo, desta instituição, quero parabenizá-lo e agradecê-lo - com a voz do coração, repito - por tudo o que tem feito por Minas e pelo Brasil.

Falo com muito orgulho que há uma identidade muito forte entre esta Casa, esta instituição, a Assembleia de Minas, e a OAB. Estamos agasalhados nos mesmos princípios, valores e, acima de tudo, nos mesmos ideais. Tenho assistido, e Minas tem acompanhado este fato de forma atenta, à luta da OAB, que tem tido um comportamento exemplar e patriota, sendo a guardiã incansável do Estado Democrático de Direito. E você brindou essa instituição renomada com sua luz, seu brilho, sua honradez, sua largueza de espírito e sua lucidez, conseguindo imprimir nela um novo alento, cada dia mais imprescindível para que possamos semear a todos os brasileiros dias de prosperidade, paz, fraternidade e, acima de tudo, justiça social.

Fico feliz em saber que a OAB tem sido timoneira dessas grandes causas sociais, dessas grandes bandeiras, com o nobre intuito de construir uma nação mais feliz, mais desenvolvida e mais fecunda. Lembro que os deputados Adelmo Carneiro Leão, Leonardo Moreira e tantos outros deputados e deputadas têm sido companheiros inseparáveis dessas causas maiores. Minas e o Brasil lhe devem por tudo o que tem partilhado ao nosso lado e à nossa frente. Quero destacar, de forma muito breve, algumas causas que servem de



exemplo dessa retidão e luz de espírito. Uma delas é a repactuação da dívida dos estados. Digo, presidente Joaquim Herculano, que seu esforço produtivo, o esforço produtivo de todos nós e o esforço fiscal do Estado e dos estados brasileiros têm sido canalizado, lamentavelmente, para essa relação perniciososa entre a União e os estados brasileiros. Infelizmente, tenho que exclamar mais uma vez que considero essa uma relação de agiotagem.

Infelizmente, justamente aos estados brasileiros que tinham de contar com o apoio mais generoso e mais responsável é imposta essa relação perversa de agiotagem, que estrangula as suas finanças públicas e, acima de tudo, mutila seus sonhos. Os estados, que poderiam implementar políticas públicas para melhorar e revolucionar a vida dos brasileiros e das brasileiras, tornam-se frágeis. A OAB tem tido um papel altaneiro e, realmente, tem sido uma guardiã dos nossos direitos e sonhos.

Destaco outra causa muito nobre que a Assembleia Legislativa tem enfatizado com muito vigor: a luta por uma saúde melhor para o povo brasileiro. Talvez muitos não saibam que, e o deputado Adelmo Carneiro Leão é um exímio conhecedor desse assunto, o Brasil é um dos países que menos investem na saúde. Infelizmente 150 países investem mais na saúde do que o Brasil. Quando se leva em consideração o índice *per capita*, 75 países investem mais na saúde do que o nosso, como a Argentina, o Chile e o Uruguai. Essa é a causa desse sentimento de repulsa da OAB, da CNBB, da Associação Médica Brasileira, da Defensoria Pública, do Ministério Público, de todos nós e das famílias brasileiras. Por isso estamos nessa peregrinação por Minas e pelo Brasil em busca de assinaturas para a apresentação de um projeto de iniciativa popular em Brasília, a fim de obrigar a União a investir 10% da sua receita bruta na saúde. Mais uma vez, Minas, com a sua capacidade incomum de abrir portas e caminhos, dá um show de ternura e de devoção ao próximo. O mineiro é abnegado e desprendido. Minas dá um show de solidariedade.

Nós, o deputado Adelmo Carneiro Leão, o deputado Leonardo Moreira e tantos outros, estaremos, na quarta-feira, em Brasília, levando aproximadamente 700 mil assinaturas. O Brasil coletou em torno de 1.300.000 assinaturas. Minas Gerais, a nossa querida pátria mineira, coletou em torno de 700 mil. O nosso estado foi o que mais colheu assinaturas para chegarmos com essa força viva do povo mineiro ao seio do Congresso Nacional. Haveremos de encontrar uma trincheira mais acolhedora e mais pacífica para concretizarmos esse nosso sonho, que é do pobre, do carente, do homem, da mulher, do idoso, da criança, dos políticos e da OAB, para sensibilizarmos e idealizarmos esse projeto magnânimo, a fim de que o governo federal invista 10% de sua receita bruta na saúde. Assim, haveremos de dar um passo extraordinário, que levará às famílias brasileiras uma vida melhor, mais promissora e mais justa, com uma saúde mais humana, mais eficiente e mais cristã.

Dr. Marcus Vinícius, deixo o abraço de cada mineiro e mineira, que reconhece na sua pessoa uma largueza de espírito imensurável. Minas e o Brasil precisam de seres humanos com a sua competência, decência, disciplina e compromisso. Realmente você é um notável exemplo de ser humano, um grande jurista, uma figura renomada e um estudioso do direito, pessoa que vivencia e valoriza a prática jurídica e que, à frente da OAB, mostrou ter realmente um brilho extraordinário. Gostaria de formular votos para que continue brilhando, fazendo o bem, ajudando as pessoas, servindo a Minas e ao Brasil e sendo uma pessoa de grande valor e possuidor daquilo que considero muito caro para o jurista, para o advogado e para o brasileiro, que é um zelo indormido para com os direitos e a sorte do nosso querido e amado povo brasileiro. Portanto, leve o nosso abraço e carinho, querido amigo e irmão, Dr. Marcus Vinícius.

Minas lhe agradece por tudo que tem feito, por essa defesa das causas sociais, por esse patriotismo, por essa responsabilidade, por essa vontade louca e exemplar de fazer o Brasil um país cada dia melhor, que possa semear felicidade e alegria em todos os nossos queridos irmãos brasileiros. Que Deus o abençoe. Muita paz, muita felicidade. Espero que faça desse Título de Cidadão Honorário um instrumento permanente de fé por uma vida melhor, de fé na mudança social, de fé na construção de um Brasil mais justo, mais humano e muito mais cristão. Parabéns, Dr. Marcus, continue brilhando e fazendo o bem ao nosso querido Brasil.

Apresentação Musical

O locutor - Ouviremos agora o sexteto de sopro da Banda de Música da Polícia Militar de Minas Gerais, que executará as canções “Amigos para sempre”, de Andrew Lloyd, e “Oh, Minas Gerais!”, de José Duda de Moraes.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Parabéns! Muito bonito!

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 13/8/2013.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37/2012, EM 11/9/2012

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Pompílio Canavez, Antônio Carlos Arantes, Lafayette de Andrada e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente “ad hoc”, deputado Pompílio Canavez, declara aberta a reunião e informa que não há ata há ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o Vice-presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o deputado Sargento Rodrigues para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para presidente o deputado Lafayette de Andrada e para Vice-presidente o deputado Pompílio Canavez, ambos por unanimidade. O presidente “ad hoc”, deputado Pompílio Canavez, declara empossado o presidente, deputado Lafayette de Andrada, a quem passa a direção dos trabalhos. Este, por sua vez, empossa o Vice-presidente, deputado Pompílio Canavez, e designa relator da matéria o deputado Sargento Rodrigues. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 8 de agosto de 2013.

Lafayette de Andrada, presidente - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/6/2013

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 276/2011, no 1º turno, para cuja relatoria designou o deputado Romel Anízio. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 276/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com as Emendas nºs 1 a 66, apresentadas pelo relator; e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Romel Anízio). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a educação do campo no Estado, incluindo as escolas família agrícola e os 15 anos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera; Rogério Correia e Almir Paraca em que solicitam seja realizado debate público sobre a educação do campo no Estado, incluindo as escolas família agrícola, os 15 anos do Pronera e os 20 anos da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola; Inácio Franco em que solicita seja realizada visita ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente para discutir, em face da lei florestal nacional, o Projeto de Lei nº 3.915/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade; Antônio Carlos Arantes (3) em que solicita seja realizada audiência pública em Sacramento para debater os avanços e as barreiras da comercialização de produtos derivados de origem animal fora do Estado; seja encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Pompéu voto de congratulações pela iniciativa da criação da Política Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; e seja realizada audiência pública para debater as linhas estratégicas de pesquisa científica para a regulamentação da produção e comercialização de queijo artesanal no Estado, objeto da Lei nº 20.549, de 2012; Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública para debater a bananicultura e sua importância no desenvolvimento econômico e social das regiões produtoras; Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes e Inácio Franco em que solicitam seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária pedido de informações sobre a interdição de animais da Cavalaria Alferes Tiradentes, da PMMG, realizada por aquele instituto em razão de suspeita de infecção pelo mormo; Luiz Henrique, Rogério Correia e Inácio Franco (5) em que solicitam seja encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente, à Presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio -, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e do Inkra, à Subsecretaria de Agricultura Familiar e à presidenta da República cópia das notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da comissão; seja encaminhado à Defensoria Pública-Geral pedido de providências para que seja dada assistência jurídica às famílias de agricultores que se encontram na Reserva Biológica da Mata Escura e terão seus imóveis desapropriados pelo ICMBio; seja encaminhado ao Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a regularização fundiária dos pequenos posseiros que se encontram na Reserva Biológica da Mata Escura; seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente pedido de providências para a agilização do envio do projeto de lei que altera os limites da Reserva Biológica da Mata Escura; e seja realizada visita ao Ministério do Meio Ambiente para discutir a proposta de projeto de lei que altera os limites da Reserva Biológica da Mata Escura; Inácio Franco e Luiz Henrique em que solicitam seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente e ao ICMBio pedido de providências para que, na proposta de projeto de lei que altera os limites da Reserva Biológica da Mata Escura, seja contemplada a manutenção ou o reassentamento das famílias de agricultores que ainda se encontram na unidade de conservação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Inácio Franco - Romel Anízio.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo a deputada Ana Maria Resende, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Almir Paraca e Carlos Mosconi (substituindo este ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Mosconi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 16h54min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Ana Maria Resende e dos deputados Gustavo Perrella e Dalmo Ribeiro Silva. Suspende-se a reunião. Às 17h48min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Maria Tereza Lara (substituindo o deputado Almir Paraca, por indicação da liderança do MSC) e dos deputados Gustavo Perrella, Bosco (substituindo este à deputada Ana Maria Resende, por indicação da liderança do BTR) e Luiz Henrique (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BTR). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.609/2013 (deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 3.869/2013 (deputado Luiz Henrique), ambos no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, na forma do vencido no 1º turno, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.609/2013 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 3.869/2013 (deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.061/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Braulio Braz, presidente - Maria Tereza Lara - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 10/7/2013

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Almir Paraca, Rômulo Viegas (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança do BTR) e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Almir Paraca (10) em que solicita sejam encaminhados a todas as Superintendências Regionais de Regularização Ambiental - Suprams - (Central-Metropolitana, Alto São Francisco, Jequitinhonha, Leste de Minas, Noroeste, Norte de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Zona da Mata) pedidos de informações sobre: a) o número total de solicitações de outorga de recursos hídricos em tramitação naquela Supram; b) percentual, em relação ao item anterior, de cada tipo de finalidade de outorga; e c) o prazo médio de avaliação dos processos de outorga na respectiva Supram; e em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta comissão, em Sagarana (Distrito do Município de Arinos), no dia 6/9/2013, para debater a questão da simbologia da água e sua importância como elemento cultural, de formação dos agrupamentos urbanos e humanos, de manutenção das famílias no campo e indutora de sua identidade territorial e social; as tecnologias sociais empregadas na preservação, manejo e gestão do patrimônio hídrico; e o cerrado como um bioma berço das águas; Pompílio Canavez e Almir Paraca em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública desta comissão para debater os mecanismos de operação do Sistema Nacional de Regularização dos Reservatórios para Produção de Energia Elétrica visando à ampliação da participação da sociedade, a compatibilização do uso múltiplo das águas e a solução dos conflitos mais significativos desse uso; e Ulysses Gomes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta comissão, no Município de São Lourenço, para debater as dificuldades na exploração das águas minerais em São Lourenço e região, assim como propostas de mudanças na legislação federal relativas à exploração das águas minerais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Almir Paraca, presidente.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 15h03min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Elismar Prado (substituindo este ao Deputado Pompílio Canavez, por indicação da liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos



membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Ato contínuo, o presidente suspende os trabalhos ordinários da reunião. Às 16h51min, verificada a falta de quórum, a presidência convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Carlos Mosconi, Presidente - Arlen Santiago- Doutor Wilson Batista.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/8/2013

Às 13h15min, comparecem na Câmara Municipal de Monte Carmelo os deputados Adelmo Carneiro Leão (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do MSC) e Elismar Prado (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a criação da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e a deliberar sobre proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Lycurgo Rafael Farani, prefeito municipal de Estrela do Sul; João Batista Chaves Filho, vice-prefeito de Monte Carmelo; Valdelie José de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Monte Carmelo; Antônio Oliveira, analista de projetos estratégicos da Prefeitura Municipal de Uberaba; Major PM Conrado Damasceno Cardoso, de Monte Carmelo; Claiton Luiz de Lima, secretário do Sindicato Rural de Monte Carmelo; Edécio Rodrigues Pereira, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Monte Carmelo; Gustavo Batista de Medeiros, assessor de gestão estratégica e inovação da Secretaria de Estado de Gestão Metropolitana; Maurício Cassimiro, assessor de integração regional da Prefeitura de Uberlândia, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, co-autor do requerimento que deu origem à reunião, tece suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos demais parlamentares presentes, co-autores do referido requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2013.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/8/2013

Às 10h09min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro e Duarte Bechir (substituindo o deputado Luiz Henrique, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência do deputado André Quintão, em que justifica ausência na reunião desta comissão realizada no dia 16/7/2013. Neste momento, retira-se da reunião o deputado Duarte Bechir. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.245/2013, este com a Emenda nº 1; e 3.900/2013, este na forma do Substitutivo nº1 (relator: deputado André Quintão); 3.782/2013, este com a Emenda nº1; e 4.243/2013 (relator: deputado Duílio de Castro, o primeiro em virtude de redistribuição). Os Projetos de Lei nºs 1.569/2011, 3.807e 4.060/2013 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Duílio de Castro, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.371/2011 (relator: deputado Duílio de Castro, em virtude de redistribuição); 2.615, 2.770/2011, 2.973 e 3.306/2012 (relator: deputado Sebastião Costa, todos em virtude de redistribuição). São convertidos em diligência ao autor, à Seplag e ao Prefeito Municipal de Ibityra de Minas o Projeto de Lei nº 4.231/2013 (relator: deputado Duílio de Castro, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão os Projetos de Lei nºs 4.239/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição) e 4.259/2013 (relator: deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.703, 3.771, 4.232 e 4.236 e 4.242/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, os quatro primeiros em virtude de redistribuição); 3.980 e 4.246/2013 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.981, este com a Emenda nº1, 4.225 e 4.228/2013 (relator: deputado Duílio de Castro); 4.122, este com a Emenda nº1, 4.248, 4.249 e 4.262/2013 (relator: deputado André Quintão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos em que solicitam sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 4.233, 4.234 e 4.255/2013; e à Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 4.238, 4.291, 4.292 e 4.294/2013. Cumprida a



finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão - Luiz Henrique - Duilio de Castro

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/8/2013

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e o deputado Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, e a deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação do Líder do Bloco Minas sem Censura). Havendo número regimental, a presidente, deputada Luzia Ferreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a deliberar sobre proposições da comissão e comunica o recebimento de correspondência da Sra. Tatiana Pereira, promotora de justiça da Comarca de Matozinhos, em que encaminha cópias das perícias realizadas na Ação Civil Pública nº 041.11.002104-3 ajuizada pelo Ministério Público em face da Incineração e Controle Ambiental - Inca. Registra-se a presença do deputado Paulo Lamac. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Paulo Lamac e Anselmo José Domingos (2) em que solicitam sejam encaminhados aos prefeitos municipais de Betim, Confins e Contagem pedidos de providências pelo seguimento, com a agilidade necessária, dos processos licitatórios referentes à exploração de serviços de transporte de passageiros por táxi naquelas cidades; e seja realizada audiência pública, com a presença do Ministério Público do Trabalho, para debater a situação trabalhista dos taxistas auxiliares e taxistas diaristas em Minas Gerais; do deputado Paulo Lamac em que solicita seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de providências pela garantia, aos licitantes classificados no certame 2/2012 da BHTrans, de acesso ao objeto licitado, assim como a permissões de serviço de transporte de táxi até o limite total de 6.560 e, ainda, seja facultada a criação de 432 licenças a serem licitadas para exploração por pessoas jurídicas, conforme Licitação 6/2012 da BHTrans, que está em andamento, com emenda da deputada Luzia Ferreira que inclui a expressão: "conforme Licitação 6/2012 da BHTrans que está em andamento"; das Deputadas Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação habitacional e jurídica de imóveis do Bairro Vera Cruz, no Município de Belo Horizonte; e Luzia Ferreira em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.078/2012, de autoria do governador do Estado, que "dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado de Minas Gerais e dá outras providências". Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2013.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 7/8/2013

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de São Francisco o deputado Almir Paraca, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir os comitês de bacia, de forma regionalizada, discutir questões relacionadas ao uso da água e à gestão de recursos hídricos e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Luiz Rocha Neto, prefeito municipal de São Francisco; vereador João Herbber Gomes de Brito, presidente da Câmara Municipal de São Francisco; Rafael Alexandre Sá, coordenador do Núcleo de Montes Claros do Igam, representando Marília Carvalho de Melo, diretora-geral e Hideraldo Buch, coordenador-geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande; Domingos Sávio Rodrigues, gerente da Copasa no Distrito de São Francisco, representando Ricardo Augusto Simões Campos, presidente; 2º-Ten. PM Emerson Martins da Silva, comandante do 6º Pelotão MAT em Januária, representando Cel. PM Armando Leonardo Linhares de Araújo Ferreira da Silva, diretor de meio ambiente e trânsito da Polícia Militar de Minas Gerais; e João Naves de Melo, presidente do Comitê Afluentes Mineiros do Médio São Francisco, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos convidados e das demais pessoas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada em 13/8/2013, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o reinício da construção da Barragem de Berizal e de discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Almir Paraca, presidente - Ana Maria Resende - Paulo Guedes.



ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/8/2013

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Romel Anízio e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as linhas estratégicas de pesquisa científica para a regulamentação dos queijos artesanais de Minas das principais regiões produtoras, para prosseguimento na regulação da Lei Estadual nº 20.549, de 2012, que dispõe sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas Gerais, e a discutir e votar proposições da comissão. Em seguida, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Elisa Smaneto, diretora de gestão interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, informando que as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária desta comissão foram enviadas ao Ministério do Meio Ambiente para providências; e de correspondência publicada no Diário do Legislativo na data mencionada entre parênteses: ofícios do deputado Ricardo Marcelo, presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (4/7/2013); e do Sr. Wilson Luiz da Silva, presidente da Fetaemg (18/7/2013). O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 4.191 e 4.262/2013, ambos em turno único, dos quais designou como relator o deputado Romel Anízio. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Eliane Hooper Amaral, chefe do Laboratório de Química Agropecuária do IMA; Ilka Maria Fernandes Fioravante Altoé, fiscal agropecuária e coordenadora do Programa Queijo de Minas Artesanal do IMA; Pollyana Dias Pacheco, gerente da Rede Laboratorial do IMA; Liliane Denize Miranda Menezes, supervisora de Laboratório de Segurança Microbiológica em Alimentos do IMA; Célia Lúcia de Lucas Fortes Ferreira, professora titular da UFV; Andréia Marçal da Silva, professora de microbiologia de alimentos e higiene na Indústria de Alimentos da Universidade Federal de São João del-Rei - Câmpus Sete Lagoas; e Milene Therezinha das Dores, professora de leite e derivados e de microbiologia de alimentos da Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Rio Paranaíba; Renata Faria Boaventura, fiscal agropecuária do IMA; e os Srs. Cláudio Furtado Soares, assessor adjunto de planejamento e gestão da Fapemig, representando Mário Neto Borges, presidente da Fapemig; João Carlos Leite, presidente da Associação dos Produtores de Queijo Canastra; João Carlos Vianna Carvalho Ribeiro, fiscal federal agropecuário da Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura; Albany Arcega, coordenador técnico estadual da Emater; Thales Almeida Pereira Fernandes, diretor técnico do IMA; José Manoel Martins, professor do Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Câmpus Rio Pomba; Ricardo Augusto Boscaro de Castro, analista de agronegócios do Sebrae-MG; Márcio Roberto da Silva, pesquisador da Embrapa Gado de Leite; Marcelino Marra Batista, secretário municipal de Planejamento de Sacramento; e Ricardo Aurélio Pinto Nascimento, coordenador do Laboratório Agropecuário Lanagro-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2013.

Almir Paraca, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/8/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.



Votação, em turno único, da Indicação nº 69/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a diretoria colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral Adjunta do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.826/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.996/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.319/2011, da deputada Ana Maria Resende, que estabelece a restrição aos profissionais da área de saúde, que atuam no âmbito do Estado, de utilizarem equipamentos de proteção individual com os quais trabalham - tais como jalecos e aventais - fora do seu ambiente de atuação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.191/2013, da Deputada Liza Prado; 5.205/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO CPI DA TELEFONIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.142/2013, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.132, 5.133 e 5.141/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel; 5.135/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 5.184/2013, do deputado Bosco; 5.209/2013, do deputado Luiz Henrique; 5.219/2013, da deputada Liza Prado; e 5.263/2013, do deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 469/2013, do governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.568/2011, do deputado Leonardo Moreira; 2.338/2011, do deputado Bonifácio Mourão; 3.782/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.243/2013, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.106/2013, do deputado Glaycon Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.021/2013, do deputado Dilzon Melo; 4.054/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 4.087/2013, do deputado Braulio Braz; 4.099/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 4.191/2013, do deputado Rogério Correia.

Requerimentos nºs 5.002 e 5.295/2013, da deputada Liza Prado; 5.221/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel; 5.229/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; 5.234/2013, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leonídio Bouças, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro, Gustavo Perrella e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2013, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 697/2011, do deputado Arlen Santiago, 77/2011, do deputado Celinho do Sinttrocel, 3.195/2012, do deputado Celinho do Sinttrocel, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Sebastião Costa, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2013, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

André Quintão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tiago Ulisses, Carlos Henrique, João Vítor Xavier e Juarez Távora, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/8/2013, às 13h30min, na Câmara Municipal de Montes Claros, localizada na Av. Dr. João Luiz de Almeida, nº 40, Centro, com a finalidade de debater as constantes interrupções de energia elétrica ocorridas no ano de 2013 no Município de Montes Claros e região, atendidos pela Cemig.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Sávio Souza Cruz, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.441/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Clínica Nova Aliança, com sede no Município de Espírito Santo do Dourado.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 6/9/2012 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.441/2012 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Clínica Nova Aliança, com sede no Município de Espírito Santo do Dourado.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 22, que as atividades de seus diretores, conselheiros e associados não serão remuneradas; e, no art. 27, parágrafo único, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica, sede e atividade preponderante no Município de Espírito Santo do Dourado, e registrada junto aos órgãos públicos competentes.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.441/2012 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.731/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Rômulo Viegas, o projeto de lei em epígrafe visa dar a denominação de Rodovia Geraldo Leopoldo Ribeiro ao trecho da Rodovia LMG-841 que liga o Distrito de Mercês de Água Limpa, no Município de São Tiago, ao Município de Nazareno.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 7/2/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Na reunião de 26/3/2013, o relator solicitou fosse a proposição baixada em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, a fim de que ela enviasse a esta Casa informações sobre o trecho a ser denominado.



De posse da resposta, passamos à análise da matéria.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.731/2013 tem por escopo dar a denominação de Rodovia Geraldo Leopoldo Ribeiro ao trecho da Rodovia LMG-841 que liga o Distrito de Mercês de Água Limpa, no Município de São Tiago, ao Município de Nazareno.

No que se refere à competência normativa, as matérias que só podem ser reguladas pela União, de interesse nacional, estão elencadas no art. 22 da Constituição da República. As que são reguladas pelo município, por sua vez, estão previstas no art. 30, que lhe assegura a prerrogativa de editar normas sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual para atender às suas peculiaridades.

A regra básica para delimitar a competência do estado membro está consagrada no § 1º do art. 25 da Carta Magna, que lhe faculta tratar das matérias que não se enquadram no campo privativo da União ou do município.

À luz desses dispositivos, a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município, podendo ser objeto de disciplinamento jurídico por parte do estado membro.

No uso dessa prerrogativa, foi editada a Lei nº 13.408, de 1999, que, além de atribuir ao Legislativo a competência de dispor sobre a matéria, determina que a escolha recairá em nome de pessoa falecida que tenha prestado relevantes serviços à coletividade, em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

Além disso, a Constituição Mineira não inseriu o assunto no domínio da iniciativa reservada à Mesa da Assembleia e aos titulares dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, sendo adequada a apresentação da proposição por membro deste Parlamento.

Por fim, cabe informar que, em resposta à diligência solicitada, a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a Nota Técnica de 27/6/2013, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, por meio da qual se manifesta favoravelmente à pretensão do projeto de lei em análise e informa que o referido trecho não possui denominação oficial.

Conclusão

Em vista do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.731/2013 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva - Duílio de Castro.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.265/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vista Alegre, com sede no Município de Porteirinha.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 11/7/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.265/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vista Alegre, com sede no Município de Porteirinha.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 51, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade assistencial congênere, em plena atividade, juridicamente constituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social; e, no art. 52, que as atividades de seus diretores, conselheiros e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, benefícios ou vantagens.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.265/2013 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - Dalmo Ribeiro Silva - Duílio de Castro - André Quintão.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 30/2012****Comissão de Segurança Pública
Relatório**

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei Complementar nº 30/2012 pretende alterar a Lei Complementar nº 54, de 13/12/1999, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou, vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame objetiva alterar o art. 22 da Lei Complementar nº 54, de 1999, alterando o nome do Centro de Ensino de Bombeiros - Cebom -, unidade responsável pela formação, pelo aperfeiçoamento e pela especialização de bombeiros, para Academia de Bombeiros Militar - ABM. A proposta do chefe do Poder Executivo promove ainda a vinculação da aludida Academia à Diretoria de Recursos Humanos da corporação.

Na justificação do projeto, o governador argumenta que a nova nomenclatura é a que melhor se ajusta às diretrizes da Lei Complementar nº 115, de 2010, que alterou a Lei nº 5.301, de 1969, e introduziu a exigência, para ingresso no Quadro de Oficiais do CBMMG, de aprovação no curso de formação de oficiais, em nível superior de graduação, promovido pela própria instituição.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 144, § 5º, prevê que “aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”. Em Minas Gerais, de modo a melhor desempenhar a sua missão, o Corpo de Bombeiros Militar, por força da Emenda à Constituição nº 39, de 1999, foi desmembrado da Polícia Militar. Dessa forma, o Corpo de Bombeiros passou a ter autonomia administrativa e financeira, além de comando independente e orçamento próprio, que lhe permitiram dimensionar de forma mais adequada sua força de trabalho e adotar técnicas de planejamento global das suas ações, alicerçadas em políticas e diretrizes específicas, com estratégia própria.

Conforme já salientado, a Lei Complementar nº 115, que modificou a antiga Lei nº 5.301, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, introduziu requisitos para o ingresso no Corpo de Bombeiros Militar. Para ingresso no Quadro de Oficiais e nos Quadros de Praças e de Praças Especialistas do Corpo de Bombeiros Militar, a supracitada lei complementar estabeleceu a exigência de participação em curso de formação de oficiais e a aprovação em curso de formação promovido pela instituição. Tais cursos são atualmente realizados por meio do Cebom, que, nos moldes da proposição em exame, se pretende transformar em Academia de Bombeiros Militar.

Aos bombeiros cumpre a prestação dos serviços altamente complexos de prevenção contra sinistro, proteção, socorro e salvamentos, competindo-lhes executar as ações de defesa civil, proteção e salvamento, prevenção e combate a incêndio, perícias de incêndio e explosão em locais de sinistro, busca e salvamento. Assim, é natural que a corporação busque cada vez maior foco e especialização em seus programas de formação e aperfeiçoamento, sendo igualmente plausível que, ensejando demonstrar evolução, adote a nomenclatura Academia de Bombeiros Militar.

No nosso sentir, é pertinente a análise promovida pela Comissão de Constituição e Justiça, segundo a qual, apesar da pretensão do governador do Estado de vincular, por meio de lei complementar, a Academia de Bombeiros Militar à Diretoria de Recursos Humanos, mostra-se mais razoável manter a opção de definição de tal vinculação por meio de regulamento, conforme consta no Decreto nº 44.924, de 2008, que instituiu várias unidades administrativas da corporação. Assim, aquela comissão apresentou a Emenda nº 1, que mantém a alteração do nome do Cebom para Academia de Bombeiros Militar, mas preserva a lógica de flexibilidade do governador na regulamentação da vinculação administrativa da Academia.

Conclusão

Diante do exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Lafayette de Andrada.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.669/2012**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.669/2012, de autoria do Deputado Ulysses Gomes, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Itajubá, com sede no Município de Itajubá, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.669/2012

Declara de utilidade pública a entidade Grupo Escoteiro Itajubá, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Grupo Escoteiro Itajubá, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Mário Henrique Caixa, relator - Luiz Humberto Carneiro - Sebastião Costa.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.094/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.094/2013, de autoria do Deputado Dilzon Melo, que declara de utilidade pública a Associação de Hotéis, Pousadas e Similares, de Serviços e Turismo de Lambari - Aturlam -, com sede no Município de Lambari, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.094/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Hotéis, Pousadas e Similares, de Serviços e Turismo de Lambari - Aturlam -, com sede no Município de Lambari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Hotéis, Pousadas e Similares, de Serviços e Turismo de Lambari - Aturlam -, com sede no Município de Lambari.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Sebastião Costa, relator - Luiz Humberto Carneiro - Mário Henrique Caixa.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/8/2013

A deputada Luzia Ferreira - Sr. Presidente desta reunião, deputado Hely Tarquínio; prezados deputados, deputadas, público que nos visita, representantes e lideranças da Polícia Civil de Minas Gerais, sei que estamos recebendo, no espaço externo desta Casa, representantes das Apaes, instituições educativas importantes que cuidam dos nossos portadores de necessidades especiais espalhados por toda Minas Gerais. Eles solicitam que esta Casa apoie suas lutas para que possam não só manter a vocação do cuidado com as crianças e os adolescentes, mas também receber recursos para que possam exercer bem as suas funções. Daqui a pouco também estaremos lá, apoiando esta nobre causa.

Antes, queria retornar, muito apropriadamente, à questão da violência contra a mulher. Hoje faz sete anos da promulgação da Lei Maria da Penha, uma das legislações mais importantes de prevenção e combate à violência contra a mulher de todo o mundo. Nós, mulheres brasileiras, contamos com o apoio de todos aqueles que querem uma sociedade com mais possibilidades para o ser humano, incluindo-se, principalmente, a população feminina, que deseja, quer e merece viver protegida, em segurança, especialmente no seu lar, no seu espaço de proteção, que é a família. Porém é em seu espaço de proteção que tem ocorrido a maioria dos casos de violência contra a mulher. Ela é diferente da violência contra o homem, que acontece nas ruas, em razão do tráfico de drogas ou de outros tipos de violência.

Portanto, essa situação torna mais dramática a triste realidade a que assistimos no dia a dia nos jornais, na televisão, nas revistas. Hoje, deputado João Leite, assistindo ao jornal na hora do almoço, tomei conhecimento do assassinato de uma mulher que já estava sob medida protetiva. Era um caso já acompanhado pela polícia. Ela já havia denunciado o agressor, havia uma medida protetiva que o impedia de aproximar-se dela, mas ele invadiu a sua casa e a assassinou. Esse retrato cotidiano choca a nossa consciência civilizada.

Quero aproveitar esta data para comemorar uma legislação que veio aprimorar o combate à violência contra a mulher, mas também lamentar que no Brasil ainda aconteçam diariamente casos de espancamento, de agressão psicológica e verbal, de humilhação e de morte. Essa percepção é da sociedade. O Instituto Patrícia Galvão, em pesquisa recente, constatou que 70% dos entrevistados conhecem alguma mulher que sofreu violência doméstica. Então, como já disse, é um caso que perpassa todas as classes sociais, faixas etárias e escolaridades. É um crime, vamos dizer, cruelmente democrático porque pode atingir qualquer mulher. Independentemente da posição social da mulher, sempre encontraremos um agressor.

Ressalto que nos últimos 30 anos houve 91 mil mortes de mulheres vinculadas à violência doméstica. Esse dado é muito estarrecedor. Como eu disse, a violência é cometida por quem está perto, por quem pretensamente diz que ama, gosta e quer bem. Faz parte do perfil do agressor a proximidade afetiva, amorosa e a convivência com a vítima.

Portanto, comemoro essa lei tão completa, fruto de amplo debate no Congresso Nacional, que contou com a participação da sociedade civil. Aliás, também fruto do apoio das mulheres e de muitos homens que rejeitam esse padrão de convivência nas relações afetivas e amorosas entre homem e mulher. E é bom dizer que, se temos uma legislação tão avançada e contamos com o apoio da sociedade civil na luta contra a violência, isso é fruto do apoio de milhares de homens. Aliás, essa lei foi aprovada no Congresso Nacional, que é composto de 90% de deputados e senadores do sexo masculino.



Deputada Liza Prado, embora tenhamos amplo apoio da sociedade, mudar essa cultura da violência, da posse, do machismo é um desafio, como sempre digo, não apenas das mulheres, mas do nosso país, da nossa democracia, que não pode aceitar calada, como se fosse natural as mulheres viverem situações de tanto constrangimento como as que acompanhamos no dia a dia.

Esta Casa já deu uma contribuição. No ano passado criamos uma comissão especial que investigou a violência contra a mulher em Minas Gerais. Ouvimos não só representantes das instituições da rede de enfrentamento da violência contra a mulher, mas também mulheres no interior, por meio de audiências públicas, e elencamos uma quantidade imensa de sugestões.

Sei que o governo do Estado, por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos e da coordenadoria de apoio às mulheres, tem trabalhado para efetivá-las. Uma dessas sugestões é o uso de tornozeleiras eletrônicas para monitorar as medidas protetivas de distanciamento entre o agressor e a vítima. Isso funciona muito bem. Lamentavelmente, nesse caso de assassinato, apesar de o agressor estar cumprindo a medida protetiva, ele não fazia uso da tornozeleira. Faço um pedido de esclarecimento à Secretaria de Defesa Social. Talvez, se o agressor usasse esse equipamento, a mulher não tivesse sido assassinada, pois poderia se proteger com antecedência.

São muitos os desafios. O deputado Carlos Pimenta sugeriu que apresentássemos um requerimento propondo uma CPI para investigar profundamente a questão da violência contra a mulher. Essa ideia já conta com o meu apoio. Esta Casa tem dado sua contribuição por intermédio do sempre atento presidente Dinis Pinheiro. Faço esse registro para chamar a atenção. Apesar dos avanços, apesar da legislação avançada, capaz de proteger e punir, ainda ocorrem milhares de casos diariamente nas cidades, no Estado e no País. Nestes sete anos da Lei Maria da Penha, milhares de pessoas têm utilizado o Disque 180. Quase três milhões de denúncias e de atendimentos foram feitos. O número é assustador. Precisamos estar atentos, melhorando não apenas a legislação. A Polícia Civil está aqui. Precisamos ter mais eficiência no combate a esse crime e na apuração dos inquéritos e das denúncias. Já fizemos cobrança e sugerimos ao Tribunal de Justiça a instalação de varas especiais para agilizar os processos de violência contra a mulher. Temos apenas três varas que acumulam mais de 40 mil processos somente em Belo Horizonte, o que torna impossível haver a agilidade necessária. Temos a absoluta certeza de que a punição exemplar é o melhor caminho para diminuir esses crimes. Fica aqui o meu registro.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Obrigado. Deputada Luzia Ferreira, V. Exa. traz um assunto de muita importância para esta Casa, que vai ao encontro de seu trabalho no dia a dia. V. Exa. é uma deputada que persegue os ideais em defesa da mulher. O aniversário da Lei Maria da Penha nos traz uma reflexão sobre o que vem ocorrendo no exercício dessa modalidade que deu certa segurança à mulher, mas existem falhas. É muito importante o que V. Exa. discute aqui hoje, ou seja, a necessidade de melhorar a lei quanto à sua execução.

Estão ocorrendo duas manifestações na porta da Assembleia hoje. Uma delas é da Polícia Civil. Seus representantes e o sindicato estão aqui. A outra manifestação é do pessoal das Apaes. Recordo aos membros desta Casa que, no ano passado, houve uma proposta deste parlamentar e foi realizada audiência pública para discutir o que as Apaes estão solicitando. A meta nº 4 do governo federal, elaborada pelo ex-presidente Lula, pede a universalização do ensino do 1º grau, incluindo na escola pública os alunos da Apae. As escolas públicas não foram preparadas fisicamente, estruturalmente. Sequer os professores estão preparados para receber com carinho e atenção os alunos da Apae.

O pior, deputada Luzia Ferreira, é que tirar dos pais o direito de escolher a escola do seu filho não é democrático. A eles têm de ser reservado o direito de matricular seus filhos. Em vez de solicitar a universalização, o ex-presidente Lula e a sua equipe deveriam ajudar e cuidar mais das escolas do que, arbitrariamente, executar uma lei que não foi debatida e que é contrária aos nossos interesses.

Estão aí à porta as Apaes. Vou convidá-las a participar conosco e quero convidar V. Exa. e os demais pares: às 15h30min, horário da reunião da Comissão de Educação, da qual sou presidente. Convidei-os a participar conosco para que possamos reforçar esse movimento tão justo e tão necessário, pelos dois assuntos: a Lei Maria da Penha e as Apaes. Quero compartilhar esse raciocínio, esse posicionamento de V. Exa. e, acima de tudo, mais uma vez parabenizar nossa companheira, a guerreira deputada Luzia Ferreira. Parabéns.

A deputada Luzia Ferreira - Muito obrigada, deputado Duarte Bechir. No caso das Apaes, quero agregar um outro componente, a questão da atenção integral não só do ponto de vista educacional e de convivência, que é extremamente relevante, mas, muitas vezes, na área da reabilitação física, com a fisioterapia, da saúde, que as Apaes prestam a esse segmento tão importante, inclusive aos adultos. As famílias encontram muita dificuldade porque nas instituições públicas hoje quase inexistem cuidados com essa parcela importante de pessoas que precisam de cuidados especiais. Portanto, as Apaes foram se desenvolvendo como uma forma até de proteção, por via da união das famílias e de apoiadores, e estabeleceram uma rede de atenção que garante a inclusão desse segmento tão importante.

Então, quero dizer que, além da atenção às crianças pequenas, em idade escolar, vemos que as Apaes, ao criarem uma rede de atenção e de inclusão em todas as faixas etárias, não só de crianças, mas também de adultos, têm extrema relevância para garantir convivência sadia, inclusão social, tirar do isolamento crianças e adolescentes.

Para concluir, rendo também meu reconhecimento às Apaes pelo nobre trabalho que elas fazem em diversas cidades do interior onde sou, aliás, parceira. Na medida do possível, tenho ajudado a equipar e a dar recursos para que elas possam sobreviver através de indicação do governo do Estado e das emendas parlamentares. Sou parceira de muitas Apaes para que elas possam continuar existindo e prestando esse serviço a nossas crianças e adolescentes. Com certeza estarei junto nessa luta para que elas possam ampliar a sua atuação e não serem diminuídas. Muito obrigada a todos.

A deputada Liza Prado* - Boa tarde. Cumprimento em primeira mão meu amigo Denílson, da Polícia Civil, o pessoal da Acadepol, os delegados e todas essas pessoas que são verdadeiros homens e mulheres, guerreiros e guerreiras da nossa polícia, a quem só tenho elogios a fazer. Apesar de todas as dificuldades, eles estão sempre firmes defendendo nosso povo e fazendo com que realmente a população tenha mais segurança, mesmo diante das dificuldades. Estamos juntos. Contem sempre com esta deputada.



Sr. Presidente, quero discorrer sobre três temas que considero muito importantes. Não sei se o tempo vai ser suficiente. Quero falar um pouquinho sobre uma audiência pública que teremos agora na Comissão de Educação, não é, deputado Duarte Bechir?

Às 3h30min estaremos recebendo vários pastores de todo o Estado - os pastores Barreto, Robson, Eliezer, José Marcos, Claudiney e outros - para discutirmos um pouco da liberdade de crença religiosa. Apresentei um projeto nesta Casa, aprovado por unanimidade pelas deputadas e pelos deputados, mas, infelizmente, foi vetado. O veto foi mantido, mas já conseguimos uma rearticulação. Meu projeto está tramitando novamente, e agora discutiremos com a comunidade. Aceitamos o parecer da Casa Civil, fizemos algumas mudanças na proposição, que agora tem o aval do governador.

Vivemos num Estado laico, quer dizer, não há religião oficial em nosso estado. Um dos princípios constitucionais que considero dos mais importantes é a liberdade de crença, de culto, de religião. É preciso criar condições, e é um dos objetivos do meu projeto, deputada Luzia Ferreira: que realmente não se dificulte a vida de quem professa uma fé. Quando se fala em liberdade religiosa, muito mais do que pensar em símbolos como crucifixos e outros, é preciso discutir porque muitas pessoas, em razão de sua fé, passam por dificuldades enormes. E um dos direitos humanos fundamentais é desrespeitado, deputado João Leite: a liberdade de religião. Muitas pessoas fazem a guarda sabática de pôr do sol a pôr do sol, a partir da sexta-feira, conforme a Bíblia preconiza - a Igreja Católica guarda o domingo, os adventistas e os judeus a sexta-feira. Mas, às vezes, há uma prova na sexta ou no sábado pela manhã, e o evangélico ou o judeu têm dificuldade de cumprir certas determinações.

O nosso projeto é muito simples, deputado Carlos Mosconi. (- Lê:)

“Dispõe sobre o direito do aluno matriculado na rede estadual de ensino ao resguardo da guarda religiosa por motivo de liberdade de consciência e de crença religiosa. É assegurado ao aluno, por motivo de liberdade de consciência e de crença, requerer à escola em que esteja regularmente matriculado, pública ou privada, no âmbito estadual, que lhe sejam aplicadas provas em dias não coincidentes com período de guarda religiosa.”

Deputado Rômulo Viegas, o nosso estado não aplica provas na sexta-feira, mas não está na lei. Não há prejuízo nenhum para o governo. Mesmo o aluno que perde uma prova tem condições de fazer outra. Numa escola particular, por exemplo, há as provas substitutivas, que podem ser feitas em outra data por causa de algum empecilho. É preciso que o Estado crie mecanismos. De que forma? Quando o aluno for matriculado, ele apresente seu documento, um atestado da religião que frequenta, de sua fé. Realmente ele não pode ser obrigado a ficar confinado. Percebemos que algumas pessoas no Estado passaram por vários constrangimentos no vestibular, porque ficaram esperando passar as horas. Elas ficam cansadas, estressadas. Tivemos nesta Casa algumas servidoras públicas que vivenciaram isso, que nos contaram como foi, deputado Carlos Mosconi, o constrangimento por guardarem sua fé, sua crença. Essas pessoas foram desrespeitadas em seu direito fundamental, que a Constituição garante. E não havia necessidade. Elas ficaram esperando, confinadas. E há os outros alunos, que não respeitam, não entendem tal fé, e acabam achincalhando as pessoas que estão entrando. Afora o desgaste de fazer uma prova cansado de ficar esperando a hora passar. E podem muito bem, quando for designado o concurso público, não aplicar a prova nesse dia. É uma coisa simples, não há dificuldade nenhuma.

Então, agora mesmo, às 15h30min estaremos no teatro.

Outro assunto que quero discutir, e é até uma experiência do meu amigo deputado Carlos Mosconi - deputado Carlos Pimenta, boa tarde - na área da saúde, é a importância da criação da região metropolitana do Triângulo. Tenho um projeto de minha autoria, mas o considero de toda a bancada mineira, de todos os mineiros. A criação da região metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é muito importante. Deputado Hely Tarquínio, às vezes temos algumas divergências, mas gostaria de dizer que um dos modelos clássicos de consórcio dos municípios é o da saúde. O que tem facilitado os municípios é justamente o maior exemplo.

O deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Deputada Liza Prado, gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento. Sobre essa questão que V. Exa. abordou em primeiro lugar, naturalmente a comissão de que V. Exa. faz parte saberá conduzir os trabalhos para uma solução adequada e justa para o problema.

Querira aproveitar, deputada, se V. Exa. me permite, para cumprimentar os representantes da Polícia Civil que estão fazendo esse movimento. Gostaria de desejar sinceramente a eles que as coisas tenham um bom encaminhamento e uma boa solução. Coloco-me, assim como todos os deputados desta Casa, à disposição para ajudar no que for necessário.

É importante o que V. Exa. está abordando sobre a saúde e a regional do Triângulo, que, sem dúvida alguma, seria uma contribuição para a saúde da população daquela região que V. Exa. defende com tanto empenho e com tanta competência. Gostaria de manifestar a V. Exa. que anteontem, em Brasília, no Congresso Nacional, um grupo de entidades apresentou o primeiro resultado da campanha Assine + Saúde, chamada lá de Campanha Saúde + 10. Foram apresentadas 1.410.000 assinaturas.

Então fiz aqui uma moção de aplauso às entidades que comandaram o evento em Brasília: a CNBB, que apresentou mais de 500 mil assinaturas; a OAB, que participou muito na elaboração do projeto de lei de iniciativa popular que está sendo apresentado; a Federação Nacional dos Farmacêuticos; o Conass; o Conasems; e o Conselho Nacional de Saúde.

Gostaria de dizer que V. Exa. participou bastante desse projeto, até em audiências públicas que realizamos em várias cidades de Minas Gerais.

Faremos, nas próximas semanas, o segundo tempo do que foi apresentado em Brasília anteontem, porque já temos, em Minas Gerais, mais de 600 mil assinaturas. E levaremos, juntamente com outras assembleias do País, a Associação Médica Brasileira e outras entidades, um número muito mais que suficiente para que o projeto comece a ser discutido. Se Deus quiser, esse projeto será aprovado para melhorar, de forma considerável, a saúde da população brasileira.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento, que está tratando especificamente da saúde do povo do Triângulo. Muito obrigado, deputada.

A deputada Liza Prado* - Deputado, eu que agradeço. Sempre estarei lutando pela saúde. Tenho a certeza de que vamos conseguir as assinaturas suficientes para trazer mais recursos.



Assim que conseguirmos essa bandeira, lutaremos também - os deputados já estão discutindo o assunto - pela segurança pública. Precisamos começar um projeto para termos mais recursos do governo federal, porque Minas não recebeu praticamente nada. Isso é muito grave.

Então, deputado Hely, quero aqui, Sr. Presidente, dizer que a região metropolitana do Triângulo é muito importante para toda a nossa região. Hoje, em Minas Gerais, há 853 municípios e somente duas regiões metropolitanas, a do Vale do Aço e a de Belo Horizonte. Agora esta Casa está discutindo a do Triângulo, a do Alto Paranaíba, a da região Norte e uma outra que está sendo discutida também.

Há estados muito menores que possuem várias regiões metropolitanas, que, só de terem a palavra "metropolitana", são organizadas de maneira formal na legislação, com mais recursos, deputado Hely. Fiz um levantamento... O deputado federal Weliton Prado, que agora faz parte do orçamento - aliás, é um dos que representam a Comissão do Orçamento -, disse estar impressionado com a quantidade de recursos para as regiões metropolitanas.

V. Exa. veja bem, por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti -, e não posso falar um número preciso que os municípios recebem per capita, porque não estou autorizada, mas o que era, até há pouco tempo, de 25 passaria, se fosse região metropolitana, para 40. Deputado Hely, para o senhor ter uma ideia, o financiamento do Minha Casa Minha Vida, que para cada cidadão seria cerca de R\$80.000,00, passaria, se fosse região metropolitana, para aproximadamente R\$130.000,00, R\$140.000,00 - acho que é R\$130.000,00. E receberíamos também outro benefício. Como estamos na região 34, apesar da nossa distância, por exemplo, de Uberlândia a Patos de Minas, deixaríamos de pagar a taxa de deslocamento de assinatura da telefonia, que pagamos como interurbano. Então não pagaríamos mais esse deslocamento. Quanto aos serviços de transporte, seria a mesma coisa. Hoje a experiência que temos é em relação aos consórcios de saúde, como bem conhece o deputado Mosconi.

Então, esse é um dos exemplos de consórcio em que os municípios podem resolver os seus problemas em conjunto. O fato de termos uma agência, um fundo, é muito importante.

Só para V. Exa. ter uma ideia, vamos ter, até o final da programação desta gestão, deputado Hely Tarquínio, R\$30.000.000,00, e aproximadamente R\$2.000.000,00 já estão disponibilizados para o fundo, para as regiões metropolitanas. Nós, do Triângulo e do Alto do Paranaíba, estamos fora desses recursos. O povo saiu das roças, foi para as cidades e formou as grandes metrópoles. Às vezes, as pessoas vêm estudar nas cidades, vêm para ter atendimento na área da saúde. Então, é preciso mudar essa ideia.

Os prefeitos de Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Monte Carmelo, Araguari, enfim, vários prefeitos da Amvale, Amvap, Amapar e Ampla, as associações de municípios, com a Fiemg, as associações comerciais, as câmaras de dirigentes lojistas e as universidades estão apoiando a ideia. Já foi criada uma comissão, deputado Hely Tarquínio, com os secretários de todos os municípios que tiverem interesse. Seis secretários de municípios já estão fazendo parte de uma comissão para fazer o levantamento de viabilidade. De acordo com a proposta, teríamos os municípios da Bacia do Baixo Rio Grande e da Bacia do Rio Paranaíba, que somariam 66 municípios. Eles não têm obrigação de fazer parte. Pode-se criar a legislação. Se o município quiser entrar, tudo bem; se não quiser, poderá também não fazer parte. Conforme o projeto de lei que está tramitando nesta Casa, se não houver 500 mil habitantes, não se pode criar isso, pois foi adotado um critério para regiões metropolitanas. O que nos une não é a conurbação. Então, não temos um dos critérios também para a criação de região metropolitana, que seria a conurbação, que é essa mancha de tecido urbano, uma cidade emendada em outra. Como exemplo, citamos aqui Contagem, Betim, Belo Horizonte e Nova Lima. A pessoa sai de uma cidade e não sabe se está entrando na outra. Então, nós, do Triângulo e do Alto Paranaíba, temos distâncias enormes. Uberlândia está, por exemplo, a 600 e poucos quilômetros da capital.

Os deputados Zé Maia, Luiz Humberto Carneiro e Leonídio Bouças têm colaborado muito com essa discussão. O deputado Zé Maia estava em Conceição das Alagoas fazendo um trabalho bonito com a população.

Deputado Hely Tarquínio, é importante percebermos que o fato de as prefeituras participarem dessas comissões e ajudarem muito tem colaborado para que possamos fincar o pé. Temos o direito a uma agência que tenha um fundo com recursos.

O deputado João Leite (em aparte) - Deputada Liza Prado, eu tinha de abrir uma reunião de uma comissão especial referente a uma proposta de emenda à Constituição, mas não poderia deixar de apoiar essa iniciativa de V. Exa.

Há momentos em nossa vida que até parecem uma derrota. Nesse caso, não seria uma derrota de V. Exa., mas sim dos direitos fundamentais, da possibilidade de os jovens estudantes, aqueles que fazem concurso, terem reconhecido o direito à fé que possuem.

A deputada Liza Prado* - Sim, de liberdade religiosa.

O deputado João Leite (em aparte) - O estado é laico, separado, portanto não pode também interferir na religião das pessoas. Ele precisa manter certa distância. Obrigar uma pessoa a estar à disposição do Estado no sábado, dia em que ela adora a Deus, não é correto.

Então, temos novamente a oportunidade, agora tão bem encaminhada, de revermos esse ponto. Manifesto-me, apoiando a sua proposta, votando-a e defendendo-a. Ela está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que nasce em virtude da perseguição religiosa aos judeus, que resultou na morte de 6 milhões deles. Ela também está consagrada na Constituição Federal e na Constituição do Estado de Minas Gerais. Parabéns. V. Exa. tem o meu apoio.

A deputada Liza Prado* - Agradeço a V. Exa., deputado João Leite. Aproveito para, de público, parabenizá-lo e reconhecer o trabalho que V. Exa. fez, colaborando bastante para que houvesse esse rearranjo político, essas mudanças no parecer. Então, deputado, agradecemos não só a V. Exa., mas também aos deputados da bancada evangélica nesta Casa, que muito contribuíram para que pudesse haver uma interpretação correta da nossa legislação. Daqui a pouco, estaremos com todos os pastores do Estado. Assim, agradeço-lhe e desejo que Deus lhe dê muita saúde para que possa defender essa ideia e nos ajudar.

Retomando a questão da região metropolitana, primeiramente desejo ao meu querido deputado Rômulo Viegas muito sucesso na cirurgia pela qual vai passar. Tenho a certeza de que tudo dará muito certo. Quero referir-me também ao meu querido presidente, deputado Hely Tarquínio, profundo conhecedor da região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, defensor nato e incansável



daquela região. Peço-lhe que nos ajude. V. Exa. já está colaborando com todos os projetos dessa área, nesta Casa. Que possamos, no mínimo, aprovar a legislação. Se o município não tiver interesse, não terá a obrigação de entrar.

Deputado Hely, temos de criar outras regiões metropolitanas. Por exemplo, podemos criar a de Uberaba. O projeto inicial que apresentei era para a criação da região metropolitana de Uberlândia. Depois apresentei o substitutivo para que a região metropolitana abrangesse o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba. Hoje o prefeito de Uberaba e o prefeito Gilmar Machado têm colaborado demais conosco para que possamos transformar isso em realidade. Inclusive eles criaram, junto com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, uma comissão para discutir o desenvolvimento econômico daquela região. Eles também contrataram a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba - Amvap - para verificar a viabilidade técnica e apresentar um estudo sobre ela. A legislação exige isso, o que já está em andamento. A Universidade Federal de Uberlândia vai apresentar uma proposta custeada pela Amvap, Amvale, Ampla e outras. Temos também a presença do Lions Clube, do Rotary e de faculdades. As pessoas estão participando. Fizemos 4 audiências e mais de 10 reuniões. As próximas reuniões serão em Patrocínio, no dia 19 de agosto, às 9 horas, e em Patos de Minas, no mesmo dia, às 15 horas, ambas nas Câmaras Municipais das cidades.

O tempo já está acabando. Agradeço ao deputado Duarte Bechir, mas meu querido amigo Rogério Correia quer utilizar a palavra e vou encerrar. Desculpem-me, mas quem falará é o deputado Rômulo Viegas. Quero agradecer. Para terminar, gostaria de deixar uma solicitação ao público que nos acompanha e a todos que moram no Estado de Minas Gerais e têm problema com a telefonia. Creio que será quase a maioria, pois as operadoras deixam a desejar. Esta Casa criou uma CPI da Telefonia. Assim, solicito o apoio da população para que possamos relatar as dificuldades que existem com a queda de sinal, com ligações que acabam subitamente e as pessoas não conseguem reclamar no serviço de atendimento. Os serviços de telefonia são péssimos e deixam as pessoas extremamente estressadas. Solicito que façam um relato e enviem para o seguinte "e-mail": cpidatelefoniamg@gmail.com. Seu relato fará parte da comissão parlamentar de inquérito no relatório final. Isso nos ajudará e fará com que Minas Gerais não permita mais esse descaso. A estrutura da telefonia é deficitária, a internet não funciona, a velocidade promete muitos "megabytes", mas também não funciona. E há também o desmando da Anatel. Solicito que todos participem e façam seu relato, que vou encaminhar para a comissão parlamentar de inquérito. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rômulo Viegas* - Presidente, Deputado Hely Tarquínio, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores representantes da Polícia Civil de Minas Gerais, sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Sr. Presidente, caros colegas, nós do PSDB preparamos uma resposta em função do pronunciamento do deputado Sávio Souza Cruz ocorrido na tarde de ontem. Na condição de ex-prefeito, entendo que qualquer cidadão que queira exercer cargo executivo, seja de prefeito, de governador ou presidente da República, não entra assumindo esse tipo de função pública com a intenção de fazer coisas erradas e até mesmo de prejudicar a classe de servidores públicos. Já fui prefeito e conheço muito bem uma gestão do Executivo. É claro que nesta tribuna temos todo o direito de externar nossas opiniões, nossas críticas aos governos. Aqui faço críticas ao governo federal, mas em momento algum faço acusação às pessoas. Não critico a pessoa do ex-presidente Lula nem a atual presidenta Dilma. Tenho respeito pelo cargo que ocupam.

Em minha fala, as críticas são sempre direcionadas a atos administrativos. Mas cada deputado é responsável pelo que fala e faz, como é óbvio. É o que chamaríamos, na matemática, de axioma: que cada um assuma o que fala.

Mas ontem, lamentavelmente, ficou parecendo para a população mineira que Minas Gerais anda fazendo coisas erradas. Ao questionar as contas dos governos Aécio Neves e Anastasia, o deputado Sávio Souza Cruz deu mais um exemplo de como não se deve fazer política, defendendo o "faça o que eu digo, mas não o que eu faço", prática que vem sendo repelida nas ruas durante as últimas manifestações. O deputado Sávio Souza Cruz criticou os governos Anastasia e Aécio, que, segundo ele, não investiram na saúde o mínimo exigido. Isso não é verdade. Vocês querem saber o que o deputado escondeu? Escondeu que o governo Itamar Franco está sofrendo uma ação por parte da mesma promotora que protocolou questionamentos sobre os investimentos em saúde no governo Aécio. Ninguém se lembra desse episódio. À época, o deputado Sávio Souza Cruz era líder do governo Itamar nesta Casa, mas ninguém se lembra de nenhuma cobrança que ele tenha feito para que o então governador investisse o que hoje ele quer exigir dos governos Aécio e Anastasia. Insistimos: os governos Aécio e Anastasia cumpriram o percentual exigido para investimento em saúde de acordo com as súmulas propositivas do Tribunal de Contas, que amparam vários governadores cujos nomes vou citar. Portanto, acho que temos de ser sinceros nas coisas que falamos.

O deputado Sávio Souza Cruz não mencionou - mas tenho documentação que comprova, deputado João Leite - que, na maioria dos estados governados pelo PMDB, partido do deputado, e pelo PT, os governadores também consideraram como investimento em saúde os investimentos feitos pelas empresas estatais de saneamento, como fizeram Aécio e Anastasia. Mas ninguém viu o bloco de oposição nesta Assembleia fazer nenhuma moção de censura ou repulsa a esses governos. É claro que, como justificativa, vão dizer que estamos em Minas e temos de criticar o governo de Minas. Mas o fato é que os demais estados federativos fizeram e fazem a mesma coisa. Como exemplo, tenho em mão cópia da prestação de contas do governador Tarso Genro, do PT do Rio Grande do Sul, na qual investimentos da Corsan - que é a Copasa de lá -, ou seja, investimentos em saneamento foram considerados pelo governo do estado como investimento em saúde, com a concordância do Tribunal de Contas daquele estado. Será que o governador Tarso Genro está dominando o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul? É uma pergunta para a população de lá procurar responder. Registro ainda que o governo do Rio de Janeiro, do PMDB, declarou como gasto em saúde não apenas as despesas da empresa de saneamento do estado, mas também os recursos investidos na despoluição da Baía de Guanabara. O mesmo ocorreu nos estados do Piauí, Bahia e Acre, governados respectivamente por Wellington Dias, Jaques Wagner e Jorge Viana, todos do PT, que consideraram os investimentos das empresas de saneamento como investimento em saúde. Mato Grosso do Sul, também governado pelo PT, chegou a contabilizar como gasto em saúde despesas de outros órgãos da administração não específicos dessa área, como a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, que tem como objetivo a implantação de projetos e obras públicas na área de transporte. Será que o governador do Mato Grosso domina o Tribunal de Contas do seu estado? Acredito que não.



Não é só isso. Outra coisa que o deputado Sávio Souza Cruz não mencionou aqui, em público, foi que o ex-presidente Lula, a quem respeito, por vários anos chegou a declarar como investimento em saúde recursos do Fundo de Erradicação da Pobreza - tenho extrato do Siafi, que não me deixa mentir. Pergunto: o presidente Lula e os governadores do PT e do PMDB estariam desviando recursos, deputado Glaycon Franco? Acredito que não. Ninguém assume o Poder Executivo com má-fé. Isso, é claro, até que se prove o contrário. Aliás, sou absolutamente contra essas denúncias. Ninguém me ouviu questionar aqui o “mensalão” ou qualquer parlamentar. Por quê? Eu já fui prefeito e sei como essas coisas funcionam. É preciso ter muito cuidado, esperar sair a sentença final, a decisão final do Judiciário.

O governo de Minas, ao fazer essa contabilização, nada mais fez que seguir o que os demais estados estavam fazendo. Agora, se uma promotora questiona, o Judiciário vai analisar? Claro, deve haver peritos, especialistas para analisar não só as questões de Minas Gerais, mas também as da maioria dos estados, de prefeituras.

Então, a minha cautela, ao fazer questionamentos, críticas, a qualquer governo será sempre pautada pela ação administrativa, nunca citando a honra e o aspecto pessoal de nenhum governante. Tenho críticas ao governo Lula, mas creio que ele fez coisas boas também. Tenho críticas à Presidente Dilma? Sim, mas ela também fez coisas boas. Ninguém é perfeito, deputado João Leite: não existe um prefeito no mundo que vá resolver todos os problemas da nossa cidade, nem governador nem presidente da República.

Claro que qualquer deputado pode vir a este Parlamento para dizer o que pensa, para se apresentar. Porém, de acordo com a prática que adoto, de acordo com minha formação familiar e cristã, jamais vocês me escutarão, aqui, ofendendo a honra e o nome de nenhuma pessoa.

O deputado João Leite (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, parabéns! V. Exa. vem à tribuna munido de documentos com conteúdo. Lembrei-me de uma professora que tive na faculdade, quando fiz o curso de história, a qual dizia que o historiador deve comparecer documentado, como fez V. Exa, que traz até a peça acusatória contra o governador Itamar Franco, a qual tive oportunidade de ler. Essa peça mostra, por exemplo, que, no ano 2000, o governador Itamar Franco, além dos recursos da Copasa, investiu 3% na saúde. No ano de 2001, foram investidos 5% na saúde, sem contar a parte destinada ao saneamento.

É interessante que, à época, nós, do PSDB, éramos oposição aqui, quando o governo consultou o Tribunal de Contas, perguntando se o recurso de saneamento básico poderia ser contado na saúde. A resposta do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foi que sim. Então o PMDB e o PT, que eram governo, usaram o dinheiro do saneamento.

O deputado Rômulo Viegas* - É preciso deixar claro que não roubaram ninguém.

O deputado João Leite (em aparte) - Não. E, aliás, foi legalmente, porque o Tribunal de Contas deu o o.k. O que fez o governador Anastasia e o então governador Aécio? A mesma coisa, utilizaram o recurso do saneamento. E ontem ouvimos aquelas barbaridades.

O deputado Rômulo Viegas* - É lamentável.

O deputado João Leite (em aparte) - O pior é que ouvimos de alguém que pertenceu ao governo passado, que foi secretário e finge que o dinheiro do saneamento não foi utilizado enquanto eles eram governo. É muito triste o que vimos ontem, porque é aquilo de utilizar-se disso. É lamentável.

Novamente recorro ao deputado Cabo Júlio, que teve a postura de não assinar embaixo da sujeira que está sendo feita na internet, da maneira como são tratados os líderes do PSDB, da maneira como tratam o senador Aécio Neves, da maneira como falam dele, de forma desrespeitosa, contra a honra e a moral dele. Usaram a internet contra mim também, chamando-me de frangeiro, mas essas coisas não me atingem, porque realmente é verdade, andei comendo alguns frangos. Ou seja, usam a internet até para isso, o que considero uma pobreza. Eles tentam vencer torcendo contra Minas Gerais, contra Aécio Neves. Vamos continuar desse jeito? Quanto à BR-040, o deputado Glaycon Franco quer chegar à Assembleia, mas não consegue, porque a BR está fechada. Fecham a BR-381. Minas Gerais está ilhada, e temos de ouvir isso, aqui, contra Aécio Neves, que ligou 230 cidades de Minas Gerais, hoje esquecidas. Enfim, ele é tratado dessa maneira.

Parabéns, V. Exa. comparece a esta tribuna munido de documentos.

O deputado Rômulo Viegas - Concedo aparte ao deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, vou no mesmo encaminhamento do deputado João Leite, com as devidas colocações que o nobre deputado fez, porém acrescentando uma dose que faltou, na minha visão, para complementar a fala de V. Exa., hoje, e o que ocorreu na Assembleia ontem, que daqui para frente será uma sistemática de parte da oposição.

Primeiro, desconstruir a imagem de um líder não é fácil. Não se desconstrói a imagem de um homem com o passado, a honra e o trabalho do Aécio Neves. Muito menos aqueles que tentam não ter a capacidade de estar lado a lado com o senador, discutindo e colocando seus pontos de vista somente com ataques pessoais. Tudo isso ocorre, deputado Rômulo Viegas, num momento em que o Brasil quer um novo caminho, em que os brasileiros estão se manifestando por uma nova proposta de governo, que não seja um governo buscando somente um planejamento para se perpetuar no poder, mas para governar para o brasileiro. Isso está ocorrendo. Já estão antecipando as eleições do ano que vem, com a tentativa de desconstruir a imagem do nosso maior líder do momento, o bravo senador Aécio Neves.

Veja bem, deputado Rômulo Viegas, em pesquisa no Distrito Federal, o nosso senador já aparece à frente da atual Presidenta, ameaçando a “boquinha”. O que acontece hoje no Brasil? Foram criados cargos e mais cargos, ministérios e mais ministérios, para acomodar a companheirada. Quantas embaixadas foram criadas em todo o mundo para agradar aos companheiros, deputado Rômulo Viegas? Porque, se o companheiro está desempregado, ele vai ao chefe, diz que vai para seu partido, e pede uma “boquinha”. É só ir ao governo federal. A última delas foi dada para São Paulo. Criaram o Ministério das Pequenas e Microempresas, não sabem para quê, para levar o vice-governador de São Paulo para o lado da “boquinha”. E estão vendo que a “boquinha” vai acabar.

Dinheiro público é para fazer obra para o povo, não para distribuir para companheiro ou criar emprego para companheiro. Estão sentindo que isso está acontecendo agora, o Brasil está pedindo mudança. Esse nervo, essa ira de tentar desconstruir a imagem do nosso líder Aécio Neves será uma constante na Casa.



Eu, V. Exa., mas acima de tudo o povo mineiro, estamos preparados para as mentiras e acusações infundadas, descabidas, que serão colocadas daqui para frente, ao nosso governo e ao nosso grande líder, senador Aécio Neves.

Muito obrigado, e parabéns pelo pronunciamento.

O deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, deputado Duarte Bechir. Mais uma vez, deste Parlamento, queremos cumprimentar o nosso grande líder, senador Aécio Neves, e o governador Anastasia, pelo brilhantismo da sua administração. O respaldo é dado pelo povo de Minas Gerais, que reconduziu Aécio e reconduz Anastasia.

O governo de Minas fez e faz diferença nas ações, atendendo a conclamação da população, ao que o povo de Minas quer. Tenho certeza de que, ano que vem, quando chegar realmente o debate eleitoral, a população saberá fazer a diferença na escolha dos seus representantes. Muito obrigado, Deputado Hely Tarquínio.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, solicitei a palavra, nesta tribuna, para comemorar os anúncios feitos hoje pela presidenta Dilma em Varginha. Mais uma vez, a presidenta Dilma veio ao nosso querido Estado de Minas Gerais - aliás, Estado dela - fazer anúncios muito interessantes. Evidentemente precisamos comemorá-los. Trago aqui essa notícia em primeira mão. Talvez seja por isso que a oposição à presidenta Dilma nesta Casa está tão nervosa. Deputado Cabo Júlio, o PSDB fica alvorçado quando a presidenta Dilma vem a Minas, porque sabe que ela nos trará boas notícias.

Deputado Hely Tarquínio, deputados e deputadas, quero citar as boas notícias da presidenta. Ela foi a Varginha para inaugurar um câmpus da universidade de Alfenas. Quero citar um dado interessante, é sempre bom lembrá-lo. Quando o presidente Lula assumiu o governo no Brasil, tínhamos, deputado Cabo Júlio, 45 universidades. Hoje temos 63 universidades. As universidades ficaram congeladas na época de FHC. Para não dizer que o PSDB não criou universidade alguma no Brasil, criou uma. Isso era obrigatório porque foi criado um novo estado. Obrigatoriamente é preciso haver uma universidade quando se cria um estado no Brasil. Foi a única universidade que os tucanos criaram. De lá para cá, o presidente Lula e a presidenta Dilma aumentaram o número de 45 para 63 universidades federais, além de vários câmpus. Em Minas, tivemos a Universidade Federal de Alfenas e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Parecia algo impossível que os vales, que antigamente eram da pobreza, passassem a ter uma universidade federal. Agora temos. A universidade de Alfenas hoje inaugurou um câmpus em Varginha.

Ontem o deputado Gustavo Valadares disse que era um prediozinho em Varginha. Fica claro por que o PSDB, o DEM e aliados, tucanos e "tucanoides" não gostam de universidade: tratam-na como prediozinho. Para eles, interiorização de universidade é prediozinho; portanto não têm apreço pelo sistema educacional. Para eles, é necessário apenas abrir rodovias - aliás, não as abrem, mas privatizam-nas. Para eles, privatizar ferrovia é o que interessa. Os gastos em educação e saúde são chamados de prediozinhos. Para eles, são gastos; para nós, investimentos. Então, esse dado é interessante.

Deputado Elismar Prado, a presidenta Dilma foi até lá e cravou mais um câmpus, agora em Varginha. Além disso, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que é médico, ela já anunciou que daqui a pouco tempo construirá também um câmpus para que lá se formem médicos. No Brasil, estamos com um déficit muito grande de médicos. A presidenta já anunciou que mais médicos serão formados em Varginha, no prediozinho que o deputado ontem desprezou, já que chamou de prediozinho um câmpus de universidade.

A presidenta anunciou também uma política para os cafeicultores. O preço mínimo do café não vai ainda para os R\$370,00 reivindicados pelos cafeicultores, mas haverá um aumento e a saca chegará a R\$346,00. Além disso, estabeleceu uma compra no Estado de 3 milhões de sacas, até março de 2014. Esse é um socorro à política da cafeicultura, até porque está anunciado para Minas Gerais este ano um "pibinho", ou seja, um PIB novamente menor que o nacional. Na verdade, é o "pibinho" do Aecinho, de novo pequenino, que infelizmente está anunciado para Minas Gerais. Então a presidenta foi até lá e fez um anúncio especialmente aos nossos pequenos agricultores e aos agricultores familiares do Sul de Minas e da Zona da Mata. Além disso, fez questão de dizer que tudo está indo bem e que as obras da BR-381 terão início a partir de setembro, conforme planejado. O recurso é do PAC 2 e já está alocado, e a licitação foi feita. Portanto terá início a obra na BR-381, a chamada Rodovia da Morte. Será feita a duplicação até Governador Valadares, que é um sonho de todos os mineiros. De novo, a presidenta anunciou e está cumprindo o calendário que elaborou.

A presidenta também fez o anúncio da liberação de R\$1.750.000.000,00 de financiamento para o metrô de Belo Horizonte. Ela fez apenas uma ressalva: para liberar esse recurso, é preciso que o governo do Estado apresente até outubro deste ano o projeto. Ela não pode, deputado Adelmo, liberar o recurso de R\$1.750.000.000,00 se não houver o projeto, que é de responsabilidade do Estado, que nunca o apresenta. Então, ela está exigindo do governador Anastasia que apresente o projeto até outubro para que esse recurso seja liberado. Assim que o projeto for apresentado, a presidenta irá liberar o recurso do metrô.

A presidenta ainda anunciou as obras do Anel Rodoviário e informou que os editais dos três trechos estão sendo conduzidos de maneira emergencial, que a conclusão das obras está prevista para julho de 2014, com início em janeiro do próximo ano. Foram anúncios importantes: o do Anel Rodoviário, o do metrô, o da BR-381, o do café e o da universidade. Tudo isso foi anunciado pela querida presidenta Dilma em seu querido Estado de Minas Gerais. Por isso a oposição, o PSDB, estava aqui desesperada, dizendo que a Dilma está avançando sinal, porque, com isso, estamos apressando as eleições do próximo ano.

Isso é cara de pau, deputado Adelmo, porque quem fez uma reunião do PSDB anunciando que é candidato, que está com o "lombo duro", pronto para apanhar, foi o senador, aquele senador que acha que até hoje é governador de Minas. Vocês viram ontem? Ele reuniu o PSDB e anunciou: "Sou candidato". Agora vem aqui na maior desfaçatez, na maior cara de pau, própria desse senador, para dizer que a presidenta Dilma está passando o carro na frente dos bois. Mas não, a presidenta Dilma está governando o Brasil. Se ela não anunciasse isso, diriam: "Presidenta, onde está a BR-381?". Ela anuncia e aí dizem: "É campanha eleitoral." Se fossem os tucanos, estariam fazendo o quê? Esperando o dinheiro da privatização para fazer as rodovias que nunca fizeram. Vocês não se lembram de que, quando o presidente Lula assumiu o Brasil, não conseguíamos ir a Montes Claros? Vocês se lembram disso? A estrada de Montes Claros era só buraco. Para chegar lá, tínhamos de ir até Diamantina e pegar um pedaço de estrada de terra, porque a de Pirapora também estava toda esburacada. Só tinha buraco.



Não havia energia no Brasil, porque deixaram para a privatização fazer a política de energia elétrica e, com isso, houve o apagão. Agora os arautos do azar, os tucanos, aves de mau agouro, ficam torcendo contra. Além de tudo, o senador Aécio Neves é azarado. Ele torceu contra o Brasil, e o Brasil foi campeão; torceu contra o Brasil dizendo que a inflação viria, a inflação baixou. Aliás, Dilma hoje comemorou isso também: a inflação do Brasil está completamente sob controle. O senador Aécio Neves “secou” o Galo e deu azar também, porque o Galo ganhou. Felizmente o secador do Aécio não funciona porque, se funcionasse, estaríamos perdidos. Ele anunciou que a inflação ia disparar. Onde está a inflação, senador Aécio Neves? Viram os dados da cesta básica? O preço dos produtos da cesta básica baixou em todo o Brasil, em 19 capitais. Onde está o arauto do azar? Míriam Leitão, onde está a inflação? E o Aécio caiu nessa. Embora seja formado em economia, o senador não entende disso, porque ele não dá uma dentro. A verdade é essa: o senador Aécio Neves só tenta fazer com que o Brasil dê um azar danado, dê errado. Ele torce para o Brasil dar errado, torce para o Galo não ser campeão. Ô, “secador duma figa”! E ele erra, “seca” e dá azar. Felizmente não consegue “secar” o nosso país.

Quanto ao PIB, a presidenta também falou: “Vamos aumentar o PIB este ano, vamos ter boas surpresas”. O PIB deste ano não vai ser pequeno, não. Mas o de Minas, vai ser o “pibinho” do Aecinho novamente, vai crescer menos. Sabem por quê? Minas Gerais, deputado Elismar Prado, não tem uma política de desenvolvimento. Minas vive de commodities de minério e de café. Se caem os preços do minério e do café, cai também o PIB de Minas. Assim vive Minas Gerais. Nesse período todo, o governo dos tucanos não conseguiu fazer uma política de desenvolvimento, a única coisa que faz é pegar dinheiro emprestado dos bancos internacionais, do Banco do Brasil e do BNDES. Isso é a única coisa que o governo de Minas faz: pegar dinheiro emprestado. É aquele negócio: pede dinheiro emprestado para o almoço para pagar na janta. Aqui o dinheiro emprestado está servindo até para comprar viaturas das Polícias Civil e Militar.

Parabenizo o pessoal da Polícia Civil que estava aqui. Estão agora acampados na Assembleia Legislativa para cobrar a lei orgânica da Polícia Civil, prometida pelo governador Anastasia, mas não cumprida. A polícia está em greve, aqui fora, acampada na Assembleia Legislativa. Mais uma vez nosso governador Anastasia não cumpriu o acordo feito com a Polícia Civil. Parabenizo todos os policiais. Já darei aparte ao deputado Elismar Prado.

Foi solicitado empréstimo a banco internacional até para compra de viaturas para as polícias. Isso é coisa do dia a dia, é praticamente custeio. A compra de viaturas é para custear o funcionamento das polícias. O Estado está falido, pessoal, com aquele negócio de choque de gestão, de déficit zero e de PIB da China, que o senador Aécio Neves anunciou e anunciou com a imprensa. Não podemos dizer o contrário. Aquilo tudo se mostrou uma falácia, uma mentira. A verdade é que Aécio quebrou Minas. E isso eles não podem escutar. Falam e vão embora porque não conseguem sequer escutar posicionamento distinto daquilo que falam aqui.

Na hora em que discutirmos a aprovação ou a rejeição das contas do ex-governador Aécio Neves, o que está na pauta de hoje, explicarei, linha a linha, onde não foram feitos investimentos na saúde e na educação. Vocês, telespectadores e companheiros que nos visitam hoje, verão que o Estado de Minas Gerais deve à saúde e à educação cerca de R\$16.000.000.000,00, de 2003 até hoje. Não houve investimento do mínimo constitucional aqui em Minas Gerais. Quem diz isso não é apenas a oposição, o Bloco Minas sem Censura, o PT, o PMDB; quem diz isso é o próprio Tribunal de Contas.

Foi assinado um acordo entre o Tribunal de Contas e o governador Anastasia. Até 2014, teria de ser respeitado o acordo com o Tribunal de Contas, e não a Constituição. Isso é inédito, só existe em Minas Gerais uma coisa desse tipo, porque é fora da lei. Isso é evidentemente inconstitucional. O governador terá de responder por esse TAG. Terão de responder ele e os conselheiros do Tribunal de Contas, que ousaram dizer que a Constituição do Brasil não vale em Minas Gerais. Um dia eles pagarão por isso. Não se pode simplesmente, porque tucano tem bico grande, rasgar a Constituição do Brasil, como se ela não existisse no Estado de Minas Gerais. É isso que eles fizeram. Esqueceram a Constituição e respeitaram um acordo firmado com o Tribunal de Contas. As coisas podem funcionar assim? Faz-se uma Constituição, que não vale em Minas. Aqui vale um acordo, um tratado, feito no joelho. Assinam o presidente do Tribunal de Contas e o governador do Estado. Isso vale mais que a Constituição. Pode isso? Em Minas, as coisas funcionam assim.

A imprensa não publica uma linha, nada. Quando falamos do assunto, ocorre o que vocês viram anteriormente, antecipam o debate sem nenhuma justificativa do governador. Eles falam que lá na Cochinchina, que lá não sei onde também não se cumpriu, assim e assado. Mas eles não são deputados mineiros, não estão aí para fiscalizar as Constituições do Estado e Federal. Estas não valem nada? Fazem propaganda dizendo que querem que o governo federal cumpra os 10% da saúde. Também queremos, mas isso não impede de haver cobrança também aqui, não é, deputado Adelmo? As cobranças têm de ser feitas também aqui, e a Constituição coloca de forma muito clara os 12% da saúde. Onde estão os médicos da ala governista do Anastasia? Eles não vão reclamar? Não dirão ao governador que estão faltando recursos para a saúde porque não estão sendo cumpridos os 12%? Eles fingem que isso não existe.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* - Terei de ser bastante rápido. Parabenizo o deputado Rogério Correia. Simplesmente, deputado, quero reforçar sua fala. Recebemos o governo federal em Uberlândia, no encontro com prefeitos e prefeitas. A ministra Ideli Salvatti foi questionada acerca da medida que o governo do Estado anunciou agora sobre o corte referente à reforma administrativa. É uma falácia, uma propaganda de marketing eleitoral. A ministra respondeu à imprensa, deputado Rogério Correia, dizendo que há um dado recente, do jornal Estadão, que diz que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tinha 25 ministérios, com os quais gastou R\$18.200.000.000,00.

A presidenta Dilma, que tanto foi criticada em relação aos ministérios, conta com 39 ministérios no seu governo, e não 25, como o governo de Fernando Henrique. Com 39 ministérios, a presidenta Dilma gastou R\$17.600.000.000,00, e, com 25 ministérios, o governo Fernando Henrique gastou R\$18.200.000.000,00. Isso revela e desmonta a falácia do choque de gestão, do déficit zero e de toda essa mentira que estão colocando. No governo Lula foram mais serviços, mais programas e mais contratação de professores. No governo da presidenta Dilma isso está ocorrendo também. Agora, ela quer contratar mais médicos. Esse dado revela, portanto, o que está ocorrendo no Estado de Minas Gerais.

Quero prestar rapidamente minha solidariedade aos policiais civis que estão em greve. A instituição deles se encontra sucateada. Ela está querendo que o governador do Estado cumpra a sua promessa, a palavra empenhada de aprovar nesta Casa a lei orgânica, o



Projeto de Lei Complementar nº 23/2012, que possibilitaria a abertura de concurso público, a convocação de excedentes, no caso dos escrivães, e a ampliação do quadro de servidores públicos da segurança pública, que está sucateado e estrangulado. Os trabalhadores, realmente, não conseguem prestar serviço eficiente. Precisamos de uma polícia moderna. Para isso, precisamos aprovar esse PLC e a lei orgânica, assim poderemos reestruturar a carreira do policial civil e do servidor da segurança pública.

Hipoteco toda a nossa solidariedade ao Sindpol, ao Denilson Martins e aos trabalhadores das Polícias Militar e Civil. Obrigado.

O deputado Rogério Correia* - Vou comentar o pronunciamento do deputado Duarte Bechir. Ele disse que o PT consegue cargos com “boquinha”. A lei delegada no início do governo Anastasia criou 7.500 “boquinhas”, 7.500 cargos. Como ele chama os cargos de “boquinhas”, foram criadas 7.500 “boquinhas” por lei delegada. Ela nem passou por aqui. Não é isso? Deve ser.

Enfim, queria agradecer ao presidente e, principalmente, à nossa presidenta Dilma pelos anúncios que fizeram em Varginha. Com certeza, Minas Gerais se engrandece, e a presidenta Dilma é sempre bem-vinda, por mais que os tucanos quebrem os bicos e fiquem nervosos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembleia, trago hoje uma denúncia. Eu a trouxe em dezembro do ano passado e, posteriormente, a renovei com um conteúdo muito mais robusto, no último mês de junho, um pouco antes de encerrarmos o processo legislativo, deputado Neider. Agora, trago a proposta para uma solução. Certamente, deputado Adelmo, V. Exa., que preside esta sessão neste momento, já sabe de uma proposta de emenda à Constituição em que temos 35 assinaturas. Precisávamos do montante de 26 assinaturas para que ela fosse apresentada, mas conseguimos fazer com que mais deputados abraçassem essa proposta.

Trouxemos a denúncia gravíssima dos supersalários praticados pelo “tribunal de injustiça militar” de Minas Gerais, porque ninguém pode chamar aquilo de Tribunal de Justiça, mas de “tribunal de injustiça militar”. Trouxe a denúncia de uma assessora de imprensa lotada num cargo de nível técnico, de nível médio, que ganhou, nos últimos seis meses, deputado Doutor Wilson... O salário de dezembro do ano passado foi uma pequena bagatela de R\$70.000,00, e depois, todos os meses, na ordem de R\$42,00, até chegar o mês de março, em que ela ganhou R\$104.000,00. Uma servidora do “tribunal de injustiça militar”. Essa mesma servidora ganhou 104 mil de salário no mês de março, e aí, nos meses seguintes, continuou ganhando o salário de 42.

Um dos juízes do referido tribunal teve a ousadia - não vou falar outro nome para não parecer pejorativo - de dizer, em entrevista à rádio “Itatiaia”, que os magistrados recebem o teto constitucional votado por nós, uma lei estadual em consonância com os ditames da Constituição da República. Quando se aumenta o salário de ministro do STF, os desembargadores mandam um projeto a esta Casa para correção de seus salários, que chegam a 90,25% do salário de ministro. Hoje o salário dos desembargadores de Minas Gerais é de R\$25.323,00.

Esse mesmo juiz, que é coronel da reserva da Polícia Militar, disse que, por apenas dois meses, receberam uma quantia diferente, que são pagamentos eventuais. Essa mesma pessoa recebeu R\$58.000,00 em dezembro e, em março, R\$79.000,00. Nos outros meses, ele disse que tanto ele quanto os demais magistrados da Justiça Militar e os servidores recebiam os valores do teto, R\$25.000,00. Ao olhar o contracheque desse coronel da reserva, Rúbio Paulino Coelho, vi que em nenhum dos meses ele recebeu R\$25.323,00, ou seja, em todos os meses recebeu acima disso. Logo em janeiro ele recebeu R\$37.000,00, o que contradiz, de forma clara e cristalina, sua fala.

Além disso, cada vez mais estamos tomando conhecimento do cabide de empregos. São vários desvios de função policial. Lá deveria haver “x” policiais, mas está abarrotado de policiais militares, que deveriam estar a serviço da população para combater o crime no dia a dia.

Então, a denúncia é grave. Enquanto um desembargador em Minas Gerais recebe R\$25.000,00, lá há coronéis que eram da ativa da PM ou juízes do tribunal recebendo R\$58.000,00, R\$75.000,00, R\$79.000,00; aposentados recebendo R\$143.000,00; e pensionistas recebendo R\$125.000,00. Não podemos deixar isso acontecer.

Além disso, Sr. Presidente, para a população entender o cerne da nossa preocupação, vou ler matéria, publicada no jornal *Hoje em Dia*, do articulista Celso Martins, que diz o seguinte: “Excesso de processo atrasa o julgamento de presos em Minas. O excesso de processos dos juízes no interior do Estado está beneficiando os criminosos. Em Araguari, no Triângulo Mineiro, os criminosos que aguardam julgamento do processo em liberdade só terão a primeira audiência realizada pela Justiça em agosto de 2016. A demora é causada pelo excesso de processos na única vara criminal da cidade. São 7.300 processos para apenas uma juíza”.

Bom, o cidadão que está nos acompanhando precisa entender que Araguari é uma cidade com aproximadamente 140 mil habitantes e uma única vara com 7.500 processos. Os sete juízes do Tribunal de Justiça Militar não têm nenhum processo para julgar. Ou seja, é o dinheiro do contribuinte, do imposto suado que o cidadão paga, que está sendo jogado fora, deputado Adelmo Carneiro Leão. Por quê? Há correlação de custo e benefício. Os sete juízes recebem um salário bem mais alto do que recebem os ministros do STF, mas deveriam obedecer ao teto. Qualquer agente público, agente político, só pode receber o que a lei determina. E é lei, não é portaria, resolução, memorando, ou, como dizia Celso Antônio Bandeira de Mello, quejandos. Isso não pode. Tem de ser o que está previsto na lei, nos arts. 37 e 39 da Constituição da República.

Imagine, deputados Adelmo Carneiro Leão e Rômulo Viegas, são 7.300 processos na mão de uma única juíza em Araguari, enquanto no Tribunal de Justiça Militar não se julgam 800 processos por mês, e são sete juízes. Ou seja, o dinheiro que está sendo pago deveria ser investido no Tribunal de Justiça para criar mais varas, para melhorar a questão logística da própria Justiça e aumentar o número de juízes para atender ao jurisdicionado em todo o Estado.

Portanto, essa é a nossa proposta, deputado Adelmo. Já colhemos 35 assinaturas para extinguir o Tribunal de Justiça Militar. Neste momento, estamos fazendo a apresentação dessa PEC. V. Exa. foi um dos primeiros a assinar o documento. Os deputados Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Rogério Correia também o assinaram. Para onde irá o dinheiro? Para o Tribunal de Justiça comum, para que mais juízes sejam admitidos através de concurso, mas sem ganhar R\$70.000,00, R\$80.000,00. Deputado Adelmo Carneiro Leão, o presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, deixou claro que também não compactua com o que está acontecendo. A sua posição



é muito firme. Iremos protocolar a proposta em instantes. Para tanto, solicito aos assessores da Mesa que providenciem a tramitação dessa PEC o mais rapidamente possível, para que seja criada a comissão especial e dado um “basta” a essa injustiça que não corresponde ao desejo do cidadão.

Encerrando, Sr. Presidente, quero dizer que a CPI, que tramitará concomitantemente, já tem 26 assinaturas, ou seja, o número necessário. Sendo assim, teremos também uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o pagamento irregular. Deputado Adelmo, os juízes estão recebendo diárias!. Perguntei aos advogados que trabalham em meu gabinete: “A Justiça Militar de 1º grau fica em Belo Horizonte, localizada a 10 quarteirões da Assembleia. O Tribunal de Justiça fica no mesmo prédio. Os juízes estão recebendo diária para fazer o que no interior?”. Verificando o *site* do tribunal, descobrimos um escárnio: os juízes foram fazer palestras em batalhões da Polícia Militar do interior. Isso é um desrespeito. Como um coronel que é juiz de um tribunal recebe diária para viajar para o interior, não existindo Justiça Militar no interior? Ou seja, isso é um flagrante desrespeito à lei e merece ser investigado por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sei que o seu partido dará uma enorme colaboração a essa comissão especial, para que tenha andamento o mais rapidamente possível e possamos dar um “basta” no Tribunal de Justiça Militar em Minas Gerais.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/8/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Aline Aparecida da Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Eduardo Ferreira Borges para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando Elisabeth de Fátima dos Reis do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
exonerando Marcelo José Nunes Dagostini do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Carolina Neves da Cruz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Sinuê Guimarães Issa Feitosa do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir, Vice-Líder do Governo;

nomeando Lucas Vinicius Guimarães Issa Ladeia para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir, Vice-Líder do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Gleide Andrade de Oliveira do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Marcelo José Nunes Dagostini para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 12/8/2013, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.468, de 23/11/09, 2.473, de 21/12/09, e 2.540, de 1º/8/2012, assinou o seguinte ato:

designando Sérgio Menezes Brant para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 71/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento,



com instalação, de divisórias sanitárias e de painéis de laminado decorativo estrutural, a sessão pública virtual fica adiada para as 10h30min do dia 28/8/2013.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2013.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/111/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. Objeto: prestação de serviços de transmissão permanente de sinais de áudio e vídeo digital da TV Assembleia (*up-link*) para o satélite Brasilsat B4. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação com reajuste de preços pelo INPC-IBGE. Vigência: 12 meses a partir de 12/11/2013 até 11/11/2014. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/123/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Eumax Comércio de Envelopes Ltda. EPP. Objeto: aquisição de envelopes timbrados. Objeto do aditamento: ampliação do objeto contratual em 24,9%. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-10.1.



ERRATA

ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, 13/8/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/8/2013, na pág. 15, na 2ª Parte (Ordem do Dia), 1ª Fase, onde se lê:

“Discussão, em turno único, da Indicação nº 69/2012”, leia-se:

“Votação, em turno único, da Indicação nº 69/2012”; onde se lê:

“Discussão, em turno único, da Indicação nº 70/2013”, leia-se:

“Votação, em turno único, da Indicação nº 70/2013”; onde se lê:

“Discussão, em turno único, da Indicação nº 71/2013”, leia-se:

“Votação, em turno único, da Indicação nº 71/2013”; e, onde se lê:

“Discussão, em turno único, da Indicação nº 72/2013”, leia-se:

“Votação, em turno único, da Indicação nº 72/2013”.